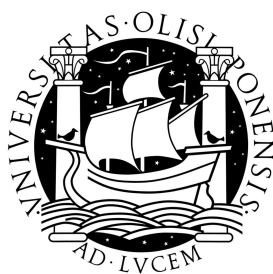


UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**A NATUREZA DISPOSICIONAL DAS INFERÊNCIAS ESPONTÂNEAS  
DE TRAÇO: A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS MENTAIS DO ACTOR  
NO PROCESSO INFERENCIAL**

**João Reis Marques de Carvalho**

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**  
**(Secção de Cognição Social Aplicada)**

**2011**



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**A NATUREZA DISPOSICIONAL DAS INFERÊNCIAS ESPONTÂNEAS  
DE TRAÇO: A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS MENTAIS DO ACTOR  
NO PROCESSO INFERENCIAL**

**João Reis Marques de Carvalho**

**Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Mário Boto Ferreira**

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**  
**(Secção de Cognição Social Aplicada)**

**2011**

## RESUMO

Uma questão central para compreender a forma como as pessoas inferem os traços de personalidade a partir dos comportamentos dos outros relaciona-se com o nível de envolvimento cognitivo do percepiante social nesse processo. A literatura de inferências espontâneas de traço (IET) propõe que este processo inferencial pode ocorrer sem a intenção e consciência do percepiante. Contudo, a proposta das IET tem-se confrontado com a necessidade de clarificar se os traços inferidos espontaneamente se referem a disposições do actor, ou seja, se as IET têm uma natureza disposicional. Perante a ineficácia das recentes abordagens, na presente tese propõe-se uma nova abordagem ao estudo da natureza disposicional das IET, que se baseia numa perspectiva motivacional dos traços enquanto disposições. Segundo esta perspectiva, os estados mentais do actor (e.g., os seus objectivos, intenções) devem ser uma premissa fundamental do processo de IET. Partindo desta abordagem, são propostas duas experiências recorrendo ao paradigma de reconhecimento da palavra-teste, com o objectivo de estudar a influência das inferências acerca dos estados mentais do actor nas IET. A primeira experiência testa se a reacção emocional do actor ao comportamento tem um efeito nas IET. A segunda experiência testa se os percepiante realizam inferências espontâneas acerca dos objectivos do actor a partir do seu comportamento, e se estas influenciam as IET. São debatidos os possíveis resultados destas experiências e as suas implicações para a literatura de IET.

**Palavras-chave:** Inferências espontâneas de traço, natureza disposicional, perspectiva motivacional dos traços, estados mentais.

## ABSTRACT

A central issue to understand how people infer personality traits from the behaviors of others is related to the level of cognitive involvement of the perceiver in this process. The literature of spontaneous trait inferences (STI) proposes that this inferential process can occur without the intention and awareness of the perceiver. However, the literature of STI has been faced with the need to clarify whether the traits inferred spontaneously refer to dispositions of the actor, i.e., if the STI have a dispositional nature. Given the ineffectiveness of recent approaches, in this thesis I propose a new approach to the study of the dispositional nature of STI, based on a motivational perspective of traits as dispositions. According to this perspective, the actor's mental states (e.g., its goals, intentions) should be a fundamental premise of the STI process. From this approach, two experiments are proposed using the probe recognition paradigm, with the aim of studying the influence of the inferences about the mental states of the actor in the STI. The first experiment tests whether the actor's emotional reaction to the behavior affect STI. The second experiment tests whether the perceiver does spontaneous inferences about the goals of the actor from his behavior, and if these inferences influence STI. Possible results of these experiments and their implications for the literature of STI are discussed.

**Keywords:** Spontaneous trait inferences, dispositional nature, motivational perspective of traits, mental states

## ÍNDICE

Introdução.....	1
1. O problema disposicional das Inferências Espontâneas de Traço.....	4
1.1. A natureza espontânea das IET: o critério de intencionalidade.....	6
1.2. O problema da natureza disposicional das IET.....	9
1.2.1. Proposta dualista das IET e TET: evidência e análise crítica.....	15
2. Perspectivas acerca da natureza disposicional das inferências de traço.....	20
2.1. O conceito de disposição em percepção de pessoas: características principais.....	20
2.2. A perspectiva das teorias de atribuição causal.....	22
2.3. A perspectiva motivacional: a influência dos estados mentais.....	27
2.3.1. A influência dos motivos e objectivos do actor na inferência de traços.....	29
3. Proposta de estudo.....	35
Experiência 1.....	41
Método.....	41
Resultados e Discussão.....	44
Experiência 2.....	46
Método.....	46
Resultados e Discussão.....	48
Discussão Geral.....	50
Referências Bibliográficas.....	56

## INTRODUÇÃO

Na nossa vida social somos muitos vezes confrontados com os comportamentos de outras pessoas. Em diversas ocasiões pouco ou nada sabemos acerca delas. Contudo, as suas acções permitem-nos adquirir alguns conhecimentos acerca das suas motivações, intenções, desejos, crenças, competências e traços de personalidade. Esta “inteligência” social que nos permite inferir as características das outras pessoas que são responsáveis pelo seu comportamento é designada em psicologia social por inferências disposicionais. As inferências disposicionais têm-se revelado uma competência central na forma como percebemos, compreendemos e interagimos com as outras pessoas (Ames, Fiske, & Todorov, 2011; Gilbert, 1998; Heider, 1958; Jones, 1990). Os traços de personalidade surgem neste contexto como conceitos centrais, uma vez que representam unidades de representação e de descrição social das pessoas e grupos (Fiske & Cox, 1976; Park, 1986).

Perante a relevância social das inferências disposicionais de traço, há muito que os psicólogos sociais procuram compreender em que condições elas ocorrem. Um debate central neste âmbito relaciona-se com o nível de envolvimento necessário por parte do percepiante social na realização destas inferências. Diversos autores propõem que estas inferências podem ocorrer de uma forma relativamente espontânea, ou seja, sem que o percepiante tenha intenção e consciência de que as realiza (e.g., Carlston & Skowronski, 1994; Todorov & Uleman, 2003; Uleman, Blader, & Todorov, 2005; Uleman, Newman, & Moskowitz, 1996b; Winter & Uleman, 1984). Esta proposta de que o percepiante realiza inferências espontâneas de traço (IET) tem-se confrontado, contudo, com a necessidade de esclarecer se estas inferências têm uma natureza disposicional, ou seja, saber se o traço inferido se refere ao actor do comportamento. Este problema surge porque ao controlar a espontaneidade do processo inferencial deixa de ser claro a que se refere o traço (Uleman, Moskowitz, Roman, & Rhee, 1993). Alguns autores sugeriram por isso que as IET poderiam não ser referentes ao actor, mas apenas serem o resultado da mera categorização do comportamento (Bassili, 1989a, 1989b; Claeys, 1990; Higgins & Bargh, 1987). Segundo esta ideia, os traços inferidos espontaneamente resultam da simples descrição do comportamento, não se referindo a disposições do actor desse comportamento.

Confrontados com este problema disposicional, diversos autores definiram como critério da natureza disposicional das IET o estabelecimento de uma associação entre o traço e o actor do comportamento (Bassili, 1989a, 1989b; Bassili & Smith, 1986; Carlston & Skowronski, 1994; Hamilton, 1988; Higgins & Bargh, 1987; Hilton, Smith, & Kim, 1995; Newman & Uleman, 1989). Segundo esta perspectiva, se os traços inferidos espontaneamente

se referem ao actor, então eles devem ficar associados em memória não só ao comportamento, como ao próprio actor. A partir de então, a literatura em IET focou-se neste critério como diagnóstico da sua natureza disposicional, levando ao surgimento de paradigmas centrados no estudo dessa associação entre actor e traço (Carlston & Skowronski, 1994; Todorov & Uleman, 2002).

A evidência reunida no âmbito destes paradigmas sugere que de facto os traços inferidos ficam associados com o actor, mas que os traços também ficam associados a outros elementos presentes no contexto que não o actor do comportamento (Carlston, Skowronski, & Sparks, 1995; Skowronski, Carlston, Mae, & Crawford, 1998; Todorov & Uleman, 2004). Este efeito de transferência espontânea de traço (TET) coloca em causa o critério de estabelecimento de uma associação entre o actor e o traço como diagnóstico da natureza disposicional das IET, uma vez que essa ligação parece resultar de um processo associativo que resulta da simples co-ocorrência dos eventos em memória e não de um processo verdadeiramente inferencial (Brown & Bassili, 2002). Adicionalmente, a hipótese de que os traços inferidos resultam da mera categorização do comportamento reforça a ideia de que a associação entre o traço e o actor não resulta de um processo inferencial em que o traço se refere ao actor do comportamento, mas de um processo associativo em que, uma vez activado, o traço, enquanto descritor do comportamento, pode ficar associado com outros elementos no contexto (Brown & Bassili, 2002; Skowronski et al., 1998).

Perante a necessidade de esclarecer qual a natureza disposicional das IET e de que forma esta pode ser estudada, na presente tese defendo que tal só será possível através de um enquadramento teórico mais preciso acerca do que representam os traços enquanto disposições. Do meu ponto de vista, a dificuldade em avaliar a natureza disposicional das IET tem origem no uso de um enquadramento teórico errado acerca da relação existente entre o comportamento e os traços e o que eles representam enquanto disposições do actor.

Recentemente, uma nova perspectiva tem surgido sobre a natureza disposicional dos traços e das inferências de traço. Segundo esta perspectiva, o percepiante social procura compreender o comportamento intencional das outras pessoas através das razões que motivaram o comportamento (Malle, 2008; Read & Miller, 2005; Reeder & Trafimow, 2005). Neste contexto, os estados mentais do actor, como as suas intenções, objectivos e motivos, são vistos como conceitos fundamentais para essa compreensão (Malle, 2004, 2008). Nesta perspectiva motivacional acerca da percepção das pessoas, muitos traços representam conceitos teóricos implícitos acerca dos estados mentais do actor (Read, Jones, & Miller, 1990; Read & Miller, 2005). Isto é, os estados mentais do actor são elementos centrais para o



significado dos traços enquanto descritores do comportamento e do actor. Esta perspectiva tem sido suportada pela evidência de que a associação entre os traços e os comportamentos que lhe são típicos está intimamente relacionada com os objectivos que esses comportamentos permitem alcançar e que são eles próprios característicos do traço (e.g., Read, Jones, & Miller, 1990); e pela evidência de que as inferências de traço são influenciadas pelos estados mentais do actor (e.g., Ames & Johar, 2009; Read & Lalwani, 1998; Reeder, Vonk, Ronk, Ham, & Lawrence, 2004).

Este novo enquadramento acerca da natureza disposicional dos traços e das inferências de traço sugere que a visão dos traços como meros descritores do comportamento, sem que se refiram ou descrevam o actor desse comportamento, é simplista e está provavelmente errada. A perspectiva motivacional sugere que pelo menos para certos traços a sua relação com o comportamento encontra-se intrinsecamente relacionada com os estados mentais do actor. Esta perspectiva sugere que nem todos os traços inferidos espontaneamente se referem somente ao comportamento e, colocando em dúvida o pressuposto de que um processo meramente associativo está na base das IET.

Na presente tese propõe-se que para compreender a natureza disposicional das IET torna-se necessário averiguar se as estas são influenciadas pelos estados mentais do actor, nomeadamente aos seus objectivos e intenções. Especificamente, com base na perspectiva motivacional, pressupõe-se que caso as IET tenham uma natureza disposicional, elas deverão ter como premissa central não só o comportamento como os estados mentais do actor. Com base na proposta deste critério para estudar a natureza disposicional serão sugeridas duas experiências que permitam averiguar a influência dos estados mentais do actor nas IET.

Antes de apresentar em pormenor as experiências proposta, será primeiro realizada uma breve revisão da literatura de IET, especificamente orientada para a análise do problema disposicional, os principais paradigmas de estudo que surgiram para dar uma resposta a este problema e as propostas teóricas a que estes paradigmas deram origem. Perante a necessidade de clarificar o que representam os traços enquanto disposições e qual o seu papel nas inferências disposicionais, será depois feita uma análise às duas principais perspectivas acerca da natureza disposicional dos traços e das inferências de traço, nomeadamente a perspectiva da atribuição causal e a perspectiva motivacional. Por último, com base na análise realizada acerca da natureza disposicional dos traços e das inferências de traço será sugerida uma nova forma de abordar o estudo da natureza disposicional das IET, que culminará na proposta de duas experiências que permitirão o seu estudo.

## **1. O problema disposicional das inferências espontâneas de traço**

O estudo das inferências disposicionais de traço teve início no âmbito da literatura sobre atribuição causal. Nesta literatura, as inferências disposicionais começaram por ser vistas como dependentes de um processo de atribuição causal, em que o percepiante procura discriminar dois tipos de causas possíveis do comportamento observado: causas disposicionais e causas situacionais (Gilbert, 1998, Jones & Davis, 1965; Kelley, 1973;). Segundo esta abordagem, o percepiante social estava altamente motivado para compreender e explicar o comportamento das outras pessoas, assumindo por isso um papel activo na procura das causas disposicionais. Mesmo nos casos em que esse não era um pressuposto declarado, a maioria dos estudos realizados nesta abordagem levavam de certa forma a que o percepiante se envolva-se no processo atribucional, pedindo aos participantes que explicassem o comportamento em termos das suas possíveis causas, ou que formassem impressões acerca do actor e/ou que julgassem explicitamente o actor em termos das suas disposições. Esta opção teórica e metodológica não permite explorar em que circunstâncias as inferências disposicionais ocorrem (Enzel e Schopflocher, 1978; Winter e Uleman, 1984) e parece mesmo condicionar o tipo de inferências realizadas a partir do comportamento (Krull, 1993).

A literatura sobre inferências espontâneas de traço (IET) surgiu precisamente da tentativa de compreender se as inferências sociais podem ocorrer mesmo quando o percepiante não se envolve num processo deliberado e activo de explicação do comportamento (Winter e Uleman, 1984; Uleman et al., 1996b). Esta literatura apresenta-se desde o seu início como uma nova abordagem ao estudo das inferências disposicionais. Primeiro, pressupõe que estas podem ser estudadas independentemente do contexto de atribuição causal. Segundo, assume que os traços de personalidade são constructos centrais nas inferências disposicionais e, conseqüentemente, na forma como percebemos as outras pessoas. Mais importante, esta literatura pressupõe que o processo de inferências de traço pode ter uma natureza cognitiva espontânea, ou seja, pode ocorrer sem que o percepiante tenha intenção ou consciência da sua ocorrência (Uleman e tal., 1996b). Segundo Uleman e colaboradores (ver Uleman, 1999; Uleman et al., 1996b), para se investigar a natureza espontânea das inferências de traços é necessário assegurar que essas inferências ocorrem (1) sem o objectivo de formar impressões ou avaliar o actor em mente e (2) sem que o percepiante social tenha consciência de as ter realizado.

Esta nova perspectiva acerca natureza cognitiva espontânea das inferências de traço e do processo inferencial contrapõem-se, claramente, com a perspectiva que vigorava na

literatura em percepção de pessoas, nomeadamente em atribuição causal, de que as inferências disposicionais ocorriam de uma forma elaborada e deliberada. Segundo Uleman (1999, pp. 141), a nossa compreensão “dos processos de formação de impressões estaria incompleta caso nos restringíssemos a processos intencionados”.

A primeira evidência de IET foi obtida por Winter e Uleman (1984) utilizando um paradigma de recordação com pistas (*cued-recall*). Este paradigma assenta no princípio da especificidade da codificação (*encoding specificity paradigm*) de Tulving e Thomson (1973), que pressupõem que eventos codificados conjuntamente são melhor recordados em conjunto, ou seja, são boas pistas para a recuperação do outro evento. Com base neste princípio, Winter e Uleman (1984) apresentam um paradigma dividido em duas fases. Na primeira fase foram apresentadas frases descrevendo comportamentos implicativos (diagnósticos) de traços (e.g., “A secretária resolveu o mistério a meio do livro”), pedindo aos participantes que as memorizassem. Na segunda fase pediu-se aos participantes que recordassem as frases anteriormente apresentadas em diferentes condições: em condições em que eram apresentadas pistas ou numa condição sem pistas. As condições com pistas variavam nos tipos de pistas: o traço implicado pelo comportamento (e.g., “Esperto” como pista do comportamento “A secretária resolveu o mistério a meio do livro”; *pista-traço*); pistas semanticamente relacionadas com o actor do comportamento (e.g., “Máquina de escrever” quando o actor era “Secretária”, *pista-actor*); ou pistas semanticamente relacionadas com o verbo das frases (e.g., “detective” como pista do verbo “resolveu o mistério”; *pista-verbo*). A recordação das frases foi analisada com base numa classificação que consistia no número de partes da frase recordadas (i.e., actor, verbo, objecto e preposição). Winter e Uleman (1984) esperavam que, caso os participantes inferissem o traço (e.g., “Esperto”) durante a fase de codificação do comportamento (“A secretária resolveu o mistério a meio do livro”), o posterior uso do traço como pista iria facilitar a recordação deste. Assim, se as pistas traço fossem, pelo menos, tão eficazes como os associados semânticos, não sendo elas próprias fortes associados semânticos, pressupunha-se que a sua associação ter-se-ia estabelecido durante a codificação da frase através da inferência espontânea do traço. Os autores verificaram que a eficácia global na recordação dos comportamentos a partir das pistas-traço foi igual à das pistas-actor (Experiência 1) e superior à das pistas-verbo (Experiência 2) e à da condição sem-pista (Experiência 1 e 2). Uma vez que os participantes não tiveram como objectivo avaliar o alvo ou o seu comportamento, mas apenas memorizar as frases, Winter e Uleman (1984) sugeriram que os traços tinham sido inferidos durante a codificação dos comportamentos, de forma não intencional. Adicionalmente, como os

participantes não reportaram, na maioria dos casos, ter consciência da realização de inferências de traço, os autores sugeriram que o processo não só era não intencional, como ocorria sem que o percepiante tivesse consciência. Perante esta evidência, Winter e Uleman (1984) sugeriram que as inferências de traço ocorriam de forma espontânea. O padrão de resultados encontrado neste estudo foi posteriormente replicado (Claeys, 1990; Uleman & Moskowitz, 1994; Uleman, Winborne, Winter, & Shechter, 1986), permanecendo o seu efeito mesmo quando a apresentação de frases era enquadrada numa tarefa distractora (enquanto os participantes tentavam memorizar um conjunto de dígitos) (Winter, Uleman, & Cunniff, 1985).

A proposta de que as inferências disposicionais de traço podem ter uma natureza espontânea não foi totalmente aceite, surgindo críticas que originaram um intenso debate em torno de dois problemas principais. O primeiro problema relaciona-se com a garantia de que o processo proposto tem uma natureza espontânea. O segundo problema relaciona-se com a natureza disposicional das IET, ou seja, com a necessidade de compreender se os traços inferidos de forma espontânea se referem de facto ao actor e não somente ao comportamento. De seguida analisamos a evidência que sugere a espontaneidade do processo e depois abordamos o problema disposicional das IET.

### ***1.1. A natureza espontânea das IET: o critério de intencionalidade***

O estudo de Winter e Uleman (1984) marcou o início de uma nova abordagem ao estudo das inferências disposicionais de traço, mas também levou a um intenso debate sobre a natureza espontânea e automática destas inferências. Neste ponto analisamos especificamente a questão da intencionalidade, uma vez que esta foi alvo das principais críticas no âmbito do paradigma de recordação com pistas; e que a ausência de intenção é o critério da natureza espontânea das IET mais estudado nesta literatura. O facto de nos focarmos em particular neste critério não pretende ignorar as críticas e as evidências surgidas na avaliação dos outros critérios normalmente associados ao automatismo, como a consciência, a eficiência cognitiva e o controlo sobre o processo (ver para uma revisão Uleman et al., 1996b). Contudo, assumimos que estes critérios, principalmente a eficiência cognitiva e o controlo sobre o processo, não serão alvo de estudo e de rigoroso controlo na presente proposta.

Alguns autores criticaram a natureza espontânea das inferências de traço no paradigma de recordação com pistas, colocando em causa o pressuposto de que os participantes não tiveram intenção de formar impressões (e.g., Wyer e Srull, 1989).

Uma das críticas refere-se à garantia de que os participantes não formam impressões apenas porque não são instruídos. Por exemplo, os participantes podem usar como estratégia formar impressões de forma intencional com o objectivo de aumentarem a memorabilidade dos comportamentos (Hamilton, 1981). De forma a limitar esta hipótese, alguns autores usaram o paradigma de recordação com pistas apresentando as frases como meros distractores de uma tarefa principal (Lupfer, Clark, & Hutcherson, 1990; Uleman, Newman, & Winter, 1992; Winter et al., 1985). Os resultados revelaram que as pistas-traço foram mais eficazes do que as outras condições controlo, mas em menor grau comparativamente com os estudos em que houve instruções de memorização. Bassili e Smith (1986) e Claeys (1990) questionaram a espontaneidade do processo com base na evidência de que a eficácia das pistas-traço varia consoante o objectivo de processamento dos participantes, sendo superior quando estes são instruídos explicitamente a formar impressões. Segundo Bassili e Smith (1986), se o processo é automático, ele não deveria ser sensível a instruções que levem ao seu uso explícito. Contudo, a evidência reunida acerca do efeito do tipo de processamento nas IET não é consensual. Por um lado, as IET parecem variar consoante o tipo de processamento envolvido, nomeadamente se este envolve um processamento semântico ou superficial (Uleman & Moskowitz, 1994). Por outro lado, os paradigmas mais recentes não se revelam sensíveis à manipulação dos objectivos de processamento (Carlston & Skowronski, 1994; Todorov & Uleman, 2002, 2003).

Do meu ponto de vista, apesar de as IET demonstrarem uma sensibilidade ao tipo de objectivo de processamento, que parece variar consoante os paradigmas de estudo, tal não coloca em causa o pressuposto de que estas não podem ocorrer de forma não intencional, mas antes sugere que o seu grau de ocorrência pode variar consoante o envolvimento do percepiante.

O papel da intenção nas IET não se resume, no entanto, ao controlo dos objectivos de processamento na fase de codificação dos comportamentos. O segundo problema associado a este critério refere-se à possibilidade de o processo inferencial resultar do uso de uma estratégia de recuperação. No âmbito do paradigma de recordação com pistas, os participantes podem usar as pistas na fase de teste para se recordarem de comportamentos típicos (Wyer & Srull, 1989). Esta hipótese revela-se plausível sabendo que os comportamentos usados nos estudos de Winter e Uleman (1984) foram seleccionados por serem bons exemplos comportamentais de um determinado traço. Neste caso haveria uma recordação do comportamento devido a uma estratégia de recuperação da informação, que não implica a codificação do traço de uma forma espontânea, durante a memorização dos comportamentos.

De forma a rejeitar esta hipótese foram adaptados paradigmas que contemplam tarefas de memória implícita (e.g., tarefa de decisão lexical e tarefa de completamento de fragmentos de palavras) e que permitem medir as inferências de traço logo após a codificação do comportamento. A evidência reunida nestes paradigmas sugere que as IET ocorrem na codificação do comportamento e não resultam de uma estratégia de recuperação, uma vez que o desempenho nestas tarefas é facilitado pelo evento anterior (a inferência do traço), sem que haja referência a esse evento (Bassili, 1989a,b; Whitney e Williams-Whitney, 1990; Whitney, Waring, e Zingmark, 1992, Experiência 2).

A evidência mais forte de que os participantes realizam inferências de traço sem intenção, consciência e durante a codificação dos comportamentos surge no paradigma de reconhecimento da palavra-teste (*recognition probe paradigm*), desenvolvido por McKoon e Ratcliff (1986, 1992) e adaptado por Uleman, Hon, Roman e Moskowitz (1996a) para estudar as IET.

Na adaptação de Uleman e colaboradores (1996b) apresentaram-se frases que podiam ou não implicar um traço. Imediatamente a seguir à apresentação de uma frase era apresentado um estímulo-teste (*probe*) a que os participantes deveriam responder o mais rápido possível se esse estímulo tinha aparecido na frase apresentada anteriormente. Para frases descrevendo comportamentos implicativos de traços, a palavra apresentada correspondia ao traço implicado, devendo o participante responder que “não” pressionando a tecla correspondente. Segundo este paradigma, se os participantes inferem os traços a partir dos comportamentos devem demorar mais tempo a responder, dada a elevada acessibilidade dos traços, comparativamente com frases de controlo (comportamentos que não implicavam traços). Foi precisamente este o padrão de respostas encontrado por Uleman e colaboradores (1996b). Importa salientar que neste paradigma o desempenho na tarefa principal (responder o mais rápido possível se a palavra foi ou não apresentada) é afectado pela inferência espontânea dos traços, pelo que a o recurso intencional à inferência de traços compromete a performance do participante. Assim, a evidência de que mesmo numa condição em que não é favorável a inferência de traços, esta continua a ocorrer suporta a ideia de que as inferências de traço podem ocorrer mesmo sem intenção. Por outro lado, uma vez que neste paradigma as inferências são avaliadas imediatamente depois da codificação do comportamento, torna-se difícil que as IET resultem do uso de uma estratégia de recuperação (mas ver McKoon & Ratcliff, 1990). Este paradigma sugere, assim, que as inferências de traço ocorrem durante a codificação do comportamento, de forma não intencional e consciente.

Perante a evidência reunida, parece haver suporte à proposta de que as inferências de traço têm uma natureza espontânea e amplamente automática. Esta concepção é reforçada pela evidência de que as IET resultam de um processo eficiente e rápido. Por exemplo, as IET parecem imunes a alguma sobrecarga cognitiva durante a codificação (Lupfer et al., 1990; Winter et al., 1985); à apresentação de um enorme número de comportamentos (120) (Todorov & Uleman, 2003) com um curto intervalo de tempo entre cada comportamento (2 segundos) (Todorov & Uleman, 2002, Experiências 5 e 6). Em relação à possibilidade de controlo do processo, poucos estudos procuraram testar esta componente do automatismo cognitivo<sup>1</sup>.

Uleman e colaboradores (1996a) caracterizaram as IET como um processo cognitivo espontâneo, considerando que estas ocorrem mesmo sem intenção e consciência, sendo também altamente eficientes, embora possam ser afectadas pela exigência de outras tarefas concorrentes. É preciso salientar, contudo, que as IET são claramente influenciadas por objectivos de processamento que não permitem dar atenção ao significado das descrições (Uleman & Moskowitz, 1994) e que estão dependentes da diagnosticidade dos comportamentos (i.e., os comportamentos têm que implicar fortemente o traço) (Moskowitz & Roman, 1992).

### ***1.2. O problema da natureza disposicional das IET***

Actualmente, parece consensual que as pessoas inferem traços muitas vezes de uma forma espontânea, verificando-se um decréscimo dos estudos que se focam directamente na natureza cognitiva espontânea das IET. Os estudos e paradigmas mais recentes têm-se centrado no problema da natureza disposicional das IET, ou seja, saber se os traços inferidos se referem ao actor ou resultam da mera categorização do comportamento. Esta questão surgiu desde logo no estudo de Winter e Uleman (1984). Ao realizarem uma comparação entre a recordação do sujeito e do predicado do comportamento na condição de pistas-traço, os autores verificaram que estas eram mais eficazes na recordação do predicado do que do sujeito das frases. Adicionalmente, os autores verificaram que as pistas semânticas associadas com o sujeito eram mais eficazes do que as pistas traço na recordação do actor do comportamento (ver também, Bassili e Smith, 1986; Uleman et al., 1986; Winter et al., 1985). Este padrão, que revela uma pobre recordação dos sujeitos das frases a partir das pistas traço,

---

<sup>1</sup> Existe evidência de que fornecendo feedback sobre a acuidade da resposta e o tempo de resposta no paradigma de reconhecimento da palavra-teste, os participantes melhoram gradualmente o seu desempenho, o que sugere algum controlo sobre as IET (Uleman et al., 1996b).

levantou desde logo hipótese de as IET apenas reflectirem a categorização do comportamento em termos de traços relevantes, sem implicarem a atribuição de traços à pessoa que pratica esse comportamento (Bassili, 1989b).

Quando as inferências de traços ocorrem espontaneamente, em vez de intencionalmente, os seus referentes são inespecíficos. As inferências intencionais de traços têm à partida um alvo explícito que se pretende avaliar, tornando-se claro que o traço se refere à pessoa que realizou o comportamento. No caso das inferências espontâneas de traços, contudo, não é óbvio que os traços inferidos tenham como referente o actor do comportamento (e.g., “O Filipe é simpático”), uma vez que não existe um objectivo explícito para avaliar o alvo. Estas inferências espontâneas podem ser o resultado de uma mera caracterização comportamental que não implica necessariamente a atribuição do traço como disposição do actor (e.g., “O Filipe comportou-se de uma forma simpática”) (Bassili, 1989b). De facto, os traços, enquanto conceitos, podem caracterizar um único comportamento, uma série de comportamentos, o estado actual de um actor ou as suas disposições mais duradouras. Assim, simplesmente por que os traços podem descrever as disposições de um actor, não existe razão para assumir que eles o descrevam sempre. Como Uleman e colaboradores (1993) salientam, “as IET a partir de comportamentos referem-se sempre aos comportamentos, mas também podem referir-se às pessoas que realizam esses comportamentos” (pp. 322).

Confrontados com a necessidade de clarificar a natureza disposicional das IET, diversos autores sugeriram que se estas forem “verdadeiras” inferências disposicionais, então espera-se que o traço inferido não resulte apenas numa mera categorização do comportamento, mas que fique necessariamente associado ao actor (Bassili, 1989a, b; Bassili & Smith, 1986; Hamilton, 1988; Higgins & Bargh, 1987; Hilton et al., 1995; Newman & Uleman, 1989; Whitney, Waring, & Zingmark, 1992). A evidência no âmbito do paradigma de recordação com pistas sugere que não se estabelece essa associação, já que as pistas-traço não se revelaram eficazes na recordação do actor (Bassili e Smith, 1986; Uleman et al., 1986; Winter et al., 1985). Em consonância com a ideia de que as IET não ficam associadas ao actor, Bassili e Smith (1986, Experiência 2), por exemplo, demonstraram num paradigma de completamento de fragmentos que os fragmentos de palavras traço tinham uma maior probabilidade de serem correctamente completados quando acompanhados pelo actor do comportamento, mas apenas sob instruções de formação de impressões, e não sob instruções de memória.



São apontadas duas razões principais para a falta de sensibilidade desses paradigmas em detectar uma associação entre o traço e o actor: primeiro, as medidas dependentes utilizadas eram recolhidas independentemente do contexto promovido pelo actor (Skowronski, Carlston, & Hartnett, 2008); segundo, as identidades dos actores eram praticamente irrelevantes para os comportamentos (Carlston & Skowronski, 1994; Moskowitz, 1993; Todorov & Uleman, 2002; Uleman et al., 1996a).

Perante a necessidade de estudar o estabelecimento de uma associação entre o actor e o traço e a falta de paradigmas que testassem directamente esta questão, foram desenvolvidos dois paradigmas de associação em memória que colmataram as duas lacunas metodológicas apontadas anteriormente: o paradigma de reaprendizagem (*savings-in-relearning*) e o paradigmas de falso reconhecimento (*false recognition*). Estes paradigmas têm como racional que a natureza disposicional das IET pode ser testada através da demonstração do estabelecimento de uma associação em memória entre o actor e o traço. Analisamos de seguida a evidência reunida com estes dois paradigmas e a sua implicação para o estudo da natureza disposicional das IET.

No paradigma de reaprendizagem (Carlston & Skowronski, 1994; Carlston et al., 1995), os participantes familiarizaram-se, numa primeira fase, com pares de fotos de pessoas (os actores dos comportamentos) emparelhadas com parágrafos que descrevem na primeira pessoa comportamentos implicativos de traços. Após a familiarização com estes pares foto-comportamento, os participantes realizaram uma tarefa de aprendizagem de pares de fotos e traços, sem que houvesse uma referência à tarefa anterior de familiarização. Estes pares foto-traço incluíam fotos apresentadas anteriormente e traços implicados pelas descrições emparelhadas com essas mesmas fotos na fase de familiarização. Os pares antigos foto-traço foram mais fáceis de aprender do que pares novos de foto-traço ou pares formados por fotos anteriormente apresentadas e por traços implicados por comportamentos que tinham sido anteriormente emparelhados com outras fotos. Isto é, verificou-se um efeito de (re)aprendizagem, na medida em que os participantes aprenderam implicitamente pares de fotos e traços implicados pelos comportamentos durante a tarefa de familiarização; estes pares antigos foto-traço apenas tiveram de ser “reaprendidos” explicitamente na tarefa de aprendizagem (Carlston & Skowronski, 1994). O facto de os participantes recordarem após a fase de (re)aprendizagem um maior número destes pares antigos demonstra, segundo Carlston e Skowronski (1994), que os participantes tinham associado as fotos com os traços inferidos a partir dos comportamentos com os quais elas estavam emparelhadas. Este efeito de reaprendizagem manteve-se quer os participantes tivessem sido instruídos a formarem

impressões ou a inferirem traços, quer eles tivessem sido instruídos apenas para se familiarizarem ou memorizarem os pares fotos-descrições (Carlston & Skowronski, Experiências 1 a 4; Carlston, Skowronski, & Sparks, 1995).

O efeito de reaprendizagem revela-se bastante robusto, permanecendo 7 dias após a exposição aos pares foto-descrição (Carlston & Skowronski, 1994, Experiência 3). Por outro lado, este efeito não parece depender da recordação explícita dos comportamentos (Carlston & Skowronski, 1994, Experiência 3 e 4) ou dos traços implicados (Carlston et al., 1995) durante a fase de recordação dos pares, sugerindo uma vez mais que as inferências de traços ocorrem de forma não intencional e inconsciente, e que a associação actor-traço tem uma natureza implícita..

Recentemente, Todorov e Uleman (2002, 2003, 2004) desenvolveram o paradigma de falso reconhecimento que pretende estudar o estabelecimento de uma associação explícita em memória entre actor e traço. Neste paradigma pede-se aos participantes que, numa primeira fase, memorizem fotos de pessoas emparelhadas com frases que descrevem comportamentos implicativos de traços. Em metade das frases apresentadas o traço encontra-se na descrição do comportamento (e.g., “O Nuno é inteligente e ganhou o torneio de xadrez”) e na outra metade o traço é omitido, apesar de o comportamento o implicar (e.g., O Nuno ganhou o torneio de xadrez). Após esta primeira fase de memorização dos pares actor-comportamento, os participantes realizam uma tarefa de reconhecimento de pares foto-traço (Nuno-Inteligente), na qual terão de julgar se o traço foi anteriormente apresentado na descrição do comportamento emparelhada com a foto.

A lógica subjacente a esta metodologia é que as pessoas ao inferirem espontaneamente o traço enquanto memorizam o comportamento, tanto o traço como o comportamento são codificados em memória juntamente com a face do actor. Na tarefa de reconhecimento de pares, a face servirá como pista para os outros eventos codificados e armazenados consigo em memória, incluindo o traço inferido. Consequentemente, dada a familiaridade com o par actor-traço e a dificuldade em discriminar a fonte dessa familiaridade (i.e., inferência espontânea do traço ou a sua real apresentação na descrição do comportamento) pode ocorrer um falso reconhecimento do traço, através da incorrecta atribuição da familiaridade à sua anterior apresentação (Jacoby & Whitehouse, 1989; Johnson, Hashtroudi, & Lindsay, 1993).

Todorov e Uleman (2002) verificaram em seis estudos que o nível de falsos reconhecimentos dos traços implicados (e.g., inteligente) era superior quando estes estavam emparelhados com as faces originalmente associadas (e.g., a face do Filipe) com os comportamentos que os implicavam (e.g., ganhou um torneio de xadrez), comparando com o

falso reconhecimento do mesmo traço (e.g., inteligente) quando este estava emparelhado na tarefa de reconhecimento com faces (e.g., a face do Vítor) que estavam emparelhadas com outros comportamentos (e.g., O Vítor pontapeou um cão; traço: agressivo) na fase de memorização. Os autores verificaram também que na tarefa de reconhecimento os participantes eram mais lentos a rejeitar um par face-traço quando o comportamento que o implicava tinha sido anteriormente emparelhado com essa face, do que quando um traço novo (mas que podia ser inferido de um comportamento apresentado na fase de memorização) era emparelhado com a mesma face (Experiência 2 a 4).

Uma característica teoricamente importante deste paradigma é que as faces e os traços apresentados na tarefa de reconhecimento estiveram presentes/implicados na fase de memorização, mas o seu emparelhamento poderia não corresponder ao originalmente apresentado nessa fase. Segundo Todorov e Uleman (2002), se as inferências de traços fossem meras etiquetas comportamentais, então o seu falso reconhecimento deveria ocorrer independentemente de o traço estar emparelhado com a face original ou com uma nova face, uma vez que o traço era sempre inferido de um comportamento apresentado anteriormente.

O efeito de falso reconhecimento revela-se, à semelhança do efeito de reaprendizagem, robusto, permanecendo mesmo quando os participantes foram expostos a 120 pares face-comportamento, durante apenas dois segundos (Todorov & Uleman, 2003, Experiência 1); perante instruções para que os participantes tenham um processamento superficial dos pares (i.e, atenção às características gramaticais das frases) (Experiência 2); e enquanto realizavam simultaneamente uma tarefa secundária durante a fase de memorização (Experiência 3). Este padrão de resultados salienta, para além do estabelecimento de uma associação em memória entre o traço e o actor, a natureza espontânea e automática das IET.

Os dados apresentados por ambos os paradigmas sugerem o estabelecimento de uma associação entre o traço e o actor. Contudo, este efeito pode resultar simplesmente da codificação da face com o comportamento que levou à activação do traço. Isto é, os traços inferidos espontaneamente podem ficar associados com os elementos salientes no contexto sem que isso signifique que o actor foi uma premissa no processo inferencial. Segundo esta hipótese, os efeitos de reaprendizagem e falso reconhecimento surgem porque o contexto de codificação e recuperação é mais semelhante quando os pares correspondem do que quando o elemento saliente (neste caso a face do actor) não corresponde nas duas fases (esta possibilidade vai ao encontro do princípio de especificidade da codificação de Tulving & Thomson, 1973). Assim, a associação entre as faces e as IET pode ser fruto da simples co-

ocorrência dos eventos durante a sua codificação (Brown & Bassili, 2002; Carlston & Skowronski, 1994; Carlston & Skowronski, 2005).

Tendo por base esta hipótese e os dois paradigmas anteriormente apresentados podemos derivar um teste directo à proposta de que ocorre um processo associativo que não é sinónimo da natureza disposicional das IET: o uso de outros estímulos salientes que não sejam os actores dos comportamentos. Foi precisamente isso que Carlston e colaboradores (1995) fizeram em dois estudos. Num primeiro estudo (Experiência 3) os autores compararam o efeito de reaprendizagem em duas condições: (1) as faces correspondiam a pessoas que descreviam o seu comportamento (actores); (2) as faces correspondiam a pessoas que descreviam o comportamento de outra pessoa (comunicador). Os resultados revelaram o efeito de reaprendizagem anteriormente obtido em ambas as condições, não havendo diferenças entre estas (ver para uma replicação, Skowronski et al., 1998). Num segundo estudo, os autores disseram aos participantes que as faces e os comportamentos não estavam relacionadas - sendo que as faces correspondiam a estudantes de uma universidade e as descrições tinham sido elaboradas por colaboradores dos investigadores - pelo que os pares haviam sido emparelhados de forma aleatória. Mesmo perante estas instruções foi obtido o efeito de reaprendizagem, apesar de a sua magnitude ser inferior à que foi obtida nos estudos anteriores em que as faces correspondiam aos actores.

A evidência de que os traços implicados pelas descrições comportamentais podem associar-se a outra pessoa que não o actor do comportamento levou a apelidar este fenómeno de *transferência espontânea de traço* (TET) (Skowronski et al., 1998; Mae, Carlston, & Skowronski, 1999). Este fenómeno, à semelhança das IET, parece bastante robusto, permanecendo mesmo quando os participantes formam impressões intencionalmente (Skowronski et al., 1998, Experiência 1); a tarefa de (re)aprendizagem ocorre 2 dias após a fase de familiarização (Skowronski et al., 1998, Experiência 1); quando os participantes são avisados anteriormente sobre este fenómeno (Skowronski et al., 1998, Experiência 3); quando são usados estímulos mais naturalistas, como vídeos com pessoas a descreverem o comportamento de outras pessoas (Skowronski et al., 1998, Experiência 4); e quando os participantes têm expectativas prévias acerca dos comunicadores e estas são incongruentes com os traços implicados nas descrições (Mae et al., 1999).

O facto de os traços inferidos ficarem associados em memória a outros elementos que não o actor sugere que os traços resultam de uma categorização do comportamento, ficando depois associados com a representação cognitiva de outros estímulos presentes no contexto de codificação (e.g., actor ou comunicador). Em consonância com esta ideia, Brown e Bassili

(2002) demonstraram no paradigma de reaprendizagem que os traços podem ficar associados a objectos inanimados, como bananas ou calculadoras. Da mesma forma, o efeito de reaprendizagem é obtido mesmo quando as faces são substituídas por uma matriz 3x3 em que os pares são constituídos por uma descrição e uma de nove células saliente na matriz (Ham & Vonk, 2003, Experiência 2). Estes estudos sugerem que qualquer elemento saliente, ao promover um contexto vívido no qual as inferências de traço são codificadas, ficará associado com essas inferências. Mais tarde, esta associação facilita a recuperação do traço inferido e pode mesmo influenciar as impressões do alvo ao nível do traço específico (e.g., Carlston & Skowronski, 2005; Skowronski et al., 1998, Experiência 2). O padrão de resultados parece revelar que a evidência de uma associação entre determinados estímulos e os traços não significa que estes se refiram a características disposicionais desses estímulos.

### *1.2.1. Proposta dualista das IET e TET: evidência e análise crítica*

Apesar de o fenómeno de TET à partida não sustentar teoricamente a natureza disposicional das IET, recentemente diversos investigadores procuram estudar as diferenças entre IET e TET segundo um enquadramento teórico em que se pressupõe o envolvimento de dois processos distintos subjacentes a cada um dos fenómenos. Neste enquadramento, as IET são caracterizadas como inferências disposicionais.

Especificamente, Carlston e Skowronski (2005; Skowronski et al., 2008) propõem que as IET resultam de um *processo atribucional*, enquanto que as TET resultam de um *processo associativo*. Segundo os autores, no caso das TET ocorre um processo associativo que se caracteriza por (1) ser um processo superficial em que se formam ligações genéricas em memória, (2) que resulta em grande parte da contiguidade espacial e temporal dos constructos activados, e (3) não implica estruturas de conhecimento atribucionais que ajudam, por exemplo, a distinguir associações diagnósticas. No caso das IET está envolvido um processo atribucional que (1) envolve uma actividade mental mais profunda e elaborada, (2) que resulta na formação em memória de ligações que designam um constructo (traço) como propriedade do outro (actor), e (3) implica estruturas e regras de conhecimento atribucional que ajudam a distinguir associações diagnósticas. Esta noção de que dois processos distintos estão subjacentes aos dois fenómenos tem sido um referencial teórico nas investigações mais recentes, apontando-se três evidências que apontam para a validade desta proposta: as diferenças na magnitude dos efeitos das IET e TET; a associação preferencial entre actor e traço em paradigmas com duas faces; e diferenças na sensibilidade das IET e TET a regras

atribucionais. De seguida será feita uma breve revisão e análise destas três evidências e das suas implicações para a resolução do problema da natureza disposicional das IET.

*Diferenças na magnitude dos efeitos das IET e TET.* A primeira evidência avançada como apoio à proposta dualista refere-se às diferenças encontradas na magnitude dos efeitos das IET e TET, que se observam tanto no paradigma de reaprendizagem (Skowronski et al., 1998; Mae et al., 1999), como no paradigma de falso reconhecimento (Todorov & Uleman, 2004). Numa meta-análise realizada por Todorov e Uleman (2004) verificamos que a magnitude do efeito das IET é significativamente superior ao efeito obtido para as TET nos estudos com o paradigma de reaprendizagem ( $r = .75$  vs  $r = .36$ ,  $z = 5.26$ ,  $p < .001$ ). Estes dados sugerem que a associação entre o actor e o traço é mais forte do que a associação do traço com outros elementos. Este efeito está em consonância com a proposta dualista, na medida em que se pressupõe que as associações resultantes do processo atribucional implicado nas IET são mais fortes do que as associações que resultam do processo associativo das TET.

Este critério quantitativo (uma dissociação simples) não nos permite, contudo, considerar que estamos perante dois fenómenos que envolvem dois processos distintos (Dunn & Kirsner, 1988; Newell & Dunn, 2008). Antes, o mesmo processo pode ser responsável por diferenças na magnitude dos efeitos perante diferentes condições. Neste caso, um processo meramente associativo permite contemplar esta diferença na força associativa entre estímulos. Na literatura sobre aprendizagem associativa e condicionamento clássico está amplamente documentada a influência que uma predisposição para associar estímulos (i.e, o grau de correspondência entre estímulos) tem na sua força associativa (e.g., Garcia & Koelling, 1966; Miller & Escobar, 2002). Segundo esta perspectiva, bastará aos participantes “considerarem” que existe um potencial associativo ou um grau de correspondência superior entre comportamento e actor, do que entre comportamento e outro elemento que não esteja directamente envolvido na acção, para que a força associativa entre os dois estímulos (actor/comunicador e traço) varie. Assim, o mesmo processo associativo pode estar envolvido, originando diferentes pesos associativos em função do grau de correspondência entre os estímulos (alvo e comportamento). Como Carlston e colaboradores (1995) afirmam, não é lógico pensar que o comportamento de uma pessoa influencie a representação de alguém que o está a comunicar. Esta assimetria poderá influenciar a força associativa entre alvo e comportamento e, consequentemente, entre o alvo e o traço inferido. É preciso salientar que neste caso não poderemos considerar que ocorre um processo atribucional/inferencial, pelo menos no sentido em que o traço inferido tem como objectivo caracterizar o alvo. Neste

processo associativo, a associação entre o alvo e o traço é antes influenciada pela “atribuição” preferencial do comportamento ao actor.

*Associação preferencial entre o actor e o traço em paradigmas com duas faces.* O segundo tipo de evidência provém de estudos realizados em ambos os paradigmas, em que são apresentadas na fase inicial de familiarização ou memorização duas faces. Todorov e Uleman (2004) utilizaram pela primeira vez uma versão modificada do paradigma de falso reconhecimento onde em cada ensaio da fase de estudo eram apresentadas duas faces - o actor e um acompanhante -, emparelhadas com uma única descrição comportamental. Na tarefa de reconhecimento apenas uma das faces era emparelhada com o traço implicado pela descrição. Segundo Todorov e Uleman (2004), se as IET estão apenas ligadas a representações de pessoas salientes e ambas as faces estão salientes, então ambas deveriam promover o falso reconhecimento do traço implicado. Por outro lado, se o processo de IET envolve um mecanismo selectivo que promove a ligação dos traços com o actor do comportamento, então a face do actor deveria provocar um número superior de falsos reconhecimentos do traço implicado do que a face do acompanhante. Os autores confirmaram a sua hipótese, verificando uma maior magnitude do efeito de falso reconhecimento para as IET do que para as TET. Ao colocarem pela primeira vez duas faces, Todorov e Uleman (2004) demonstraram que os participantes tendem a associar preferencialmente o traço ao actor do comportamento, revelando uma vez mais as diferenças de processamento entre IET e TET. Este efeito tem sido replicado recentemente, afastando-se uma hipótese de défice atencional, segundo a qual as diferenças encontrada poderiam dever-se ao facto de os participantes prestarem mais atenção ao actor do que aos comunicador (Crawford, Skowronski, & Stiff, 2007; Crawford, Skowronski, Stiff, & Leonards, 2008; Goren & Todorov, 2009). Segundo Goren e Todorov (2009), a evidência encontrada nestes paradigmas de duas faces suportam a existência de dois processos distintos para as IET e TET, mais especificamente, que as TET resultam em grande parte da ausência da representação do actor. Quando este está presente, um mecanismo automático será despoletado que permite ligar exclusivamente o traço inferido ao alvo relevante, bloqueando, simultaneamente, a associação do traço com outros elementos irrelevantes (Goren & Todorov, 2009). Goren e Todorov (2009) sugerem um mecanismo selector automático entre um processo atribucional e associativo.

A evidência de uma associação preferencial não implica, contudo, que estas diferenças de processamento resultem necessariamente de dois processos distintos, nomeadamente, do envolvimento de um processo atribucional nas IET. Em princípio um único processo associativo permite enquadrar este padrão de resultados. Por exemplo, os modelos de

aprendizagem associativa, como o modelo de Rescorla-Wagner (Rescorla & Wagner, 1972), que pressupõem uma competição entre diferentes *inputs* prevêem que as associações mais fortes que se formam entre determinados estímulos (neste caso o par relevante actor-traço) podem bloquear a formação de outras associações entre um desses estímulos (o traço) e outro estímulo (e.g., a face do acompanhante). Este fenómeno de *bloqueio*, que resulta da competição entre estímulos, surge naturalmente neste modelos que pressupõem um único processo associativo (Miller & Escobar, 2002). Estes modelos permitem explicar como, perante o comportamento e a presença do seu actor, o traço inferido fica associado com este dada a correspondência legítima entre os estímulos (actor e comportamento), sem postularem dois processos distintos. Qualquer outra associação entre o traço inferido e outro estímulo (e.g., acompanhante) pode ser bloqueada pela associação estabelecida entre o actor e o traço.

Assim, apesar da atenção dada aos estímulos poder influenciar a força associativa entre os estímulos e, consequentemente, o possível bloqueio de outras associações (Mackintosh, 1975; Rescorla & Wagner, 1972), como se referiu anteriormente, o próprio grau de associabilidade entre os estímulos constitui um factor importante na sua associação. Uma vez mais, um único processo associativo parece capaz de prever e explicar o padrão de resultados referentes à associação preferencial do traço com o actor do comportamento. Como se mencionou anteriormente, também neste caso a associação com o traço é mediada pelo grau de correspondência entre o alvo e o comportamento, o que não implica que o traço inferido se refira necessariamente a uma disposição do alvo.

*Diferenças na sensibilidade das IET e TET a regras atribucionais.* Na perspectiva dualista proposta por Carlston e Skowronski (2005), o processo atribucional envolvido nas IET implica o envolvimento de regras atribucionais, em contraponto com as TET. Segundo os autores, a sensibilidade a comportamentos negativos constitui uma regra atribucional, na medida em que são pouco comuns e não-normativos, sendo por isso mais diagnósticos das características disposicionais das pessoas (Reeder & Brewer, 1979; Skowronski & Carlston, 1989). Assim, segundo os autores, no caso das IET espera-se que os julgamentos explícitos do alvo sejam mais extremos, dada a sua sensibilidade ao efeito de negatividade. O mesmo não deveria acontecer para as TET, uma vez que o processo associativo não implica o envolvimento dessas regras e estruturas atribucionais. Carlston e Skowronski (2005) verificaram isso mesmo. Apesar de não encontrarem diferenças nos julgamentos quando os traços implicados eram positivos, quando os traços eram negativos estes tinham mais impacto no julgamento do actor, do que no julgamento do comunicador. Por outro lado, em concordância com a diferença entre o processo atribucional e associativo, os autores



verificaram que no caso das IET os julgamentos se generalizaram para um traço avaliativamente congruente com o traço implicado, enquanto que no caso das TET apenas se observou a influência da inferência de traço ao nível do julgamento do traço implicado. Segundo Carlston e Skowronski (2005), esta generalização avaliativa é congruente com o uso de estruturas atribucionais, como as teorias implícitas de personalidade, que nos permitem inferir a partir de alguns traços outros traços de personalidade (e.g., Schneider, 1973).

Apesar de sugestiva, a metodologia utilizada condiciona claramente a natureza cognitiva das IET e das TET. Como se referiu anteriormente, um dos pressupostos centrais apontados na literatura sobre IET para validar a espontaneidade do processo refere-se à ausência de intencionalidade na avaliação dos alvos. Apesar de este critério estar normalmente associado às instruções dadas na fase de estudo, o mesmo critério deve ser assegurado na fase de teste. Uma vez que a medida utilizada por Carlston e Skowronski (2005) requer que os participantes julguem explicitamente o alvo, a avaliação em termos de traços torna-se intencional, mesmo que possa sofrer a influência de associações pré-estabelecidas de forma não intencional. Neste caso, a associação estabelecida anteriormente entre o alvo e o traço pode servir de base para uma inferência das características disposicionais desse alvo, mas esta passa a estar dependente de uma intenção, não sendo portanto espontânea. Apesar de importante e interessante em si mesma, esta proposta afasta-se das ideias centrais subjacentes ao estudo das IET, nomeadamente, que estas ocorrem durante a codificação dos eventos, sem que o perceptível social tenham intenção e consciência do processo inferencial (Uleman, 1999; Uleman et al., 1996b).

A evidência reunida no âmbito da proposta dualista não nos permite excluir a hipótese de que um único processo associativo é responsável pelos efeitos. Para além disso, não nos parece claro de que forma os paradigmas de associação em memória permitirão distinguir entre estes dois processos, quando ambos implicam uma associação entre o traço e o actor. Este parece ser precisamente o problema subjacente à abordagem destes paradigmas: o facto de pressuporem que o estabelecimento de uma associação entre o traço e o actor é critério suficiente para diagnosticar a natureza disposicional das IET. Do meu ponto de vista, o processo de inferências disposicionais de traço deve resultar necessariamente no estabelecimento de uma associação entre o traço e o actor, mas torna-se também necessário perceber qual o significado dessa associação. Assim, revela-se novamente essencial compreender se o traço se refere a disposições do actor e não a uma mera etiqueta comportamental. Para tal, é necessário perceber qual a natureza disposicional dos traços, ou seja, saber o que representam os traços enquanto disposições do actor. Do meu ponto de vista,

é precisamente a ausência de um enquadramento conceptual sobre a natureza disposicional dos traços que tem impedido a análise da natureza disposicional das IET.

No próximo ponto procuramos compreender o que significam os traços enquanto disposições do actor e, conseqüentemente, qual a natureza disposicional das inferências de traço.

## **2. Perspectivas acerca da natureza disposicional das inferências de traço**

Os conceitos de “disposição” e “traço” são vistos em psicologia social e na literatura sobre percepção de pessoas como constructos relacionados, que têm um papel central na forma como nós compreendemos e explicamos os comportamentos das outras pessoas. Contudo, a questão do que representam os traços enquanto disposições tem merecido pouca atenção por parte dos investigadores. Do meu ponto de vista, é essencial um enquadramento conceptual que nos permita perceber qual a natureza disposicional dos traços, pois só assim será possível compreender o papel que o processo de inferências disposicionais de traço tem na percepção de pessoas e, conseqüentemente, estudar a natureza cognitiva deste processo. Neste enquadramento conceptual torna-se necessário compreender o que significa o conceito de “disposição”, quais as suas principais características e qual o papel dos traços enquanto disposições. Na presente proposta debruçamo-nos sobre duas perspectivas principais acerca da natureza disposicional dos traços: a perspectiva das teorias de atribuição causal e a perspectiva motivacional dos estados mentais. A primeira tem dominado a investigação sobre inferências disposicionais de traço e vê os traços como causas extraordinárias e estáveis do comportamento das pessoas. Recentemente surgiu a perspectiva motivacional dos estados mentais, que vê os traços como conceitos teóricos implícitos acerca das intenções, objectivos e crenças do actor que motivam o seu comportamento. Antes de analisarmos estas perspectivas, importa compreender como surge o conceito de disposição e as características que desde logo o definiram.

### *2.1. O conceito de disposição em percepção de pessoas: características principais*

O conceito de “disposição” foi introduzido por Heider (1958) no âmbito da sua teoria do senso-comum das relações interpessoais. Segundo Heider (1958), à semelhança do que acontece na percepção de objectos, a percepção de pessoas envolve um processo de atribuição que permite extrair as propriedades ou qualidades invariantes das coisas a partir das características variantes que elas causam. O conceito “disposição” refere-se a estas

propriedades invariantes e relativamente estáveis, que permitem ao percepiante compreender, explicar, prever e controlar o seu meio ambiente. Segundo Heider (1958), estas seriam as principais motivações inerentes ao pensamento humano e que justificavam a necessidade do percepiante recorrer a um processo de atribuição de disposições. A partir destas motivações podemos desde logo identificar duas características fundamentais relacionadas com o que poderemos considerar como o papel funcional do conceito de disposição: o seu *poder explicativo* e a sua *utilidade preditiva*. A primeira característica sugere que as disposições permitem que o percepiante compreenda e explique o comportamento das outras pessoas. A utilidade preditiva refere-se à capacidade que o percepiante tem de prever e controlar os comportamentos dos outros através das disposições inerentes a estes. É importante notar que, neste nível mais amplo de conceptualização, o termo disposição refere-se tanto a factores relacionados com o agente, como a factores relacionados com o contexto (Smith, 1994).

Segundo Heider (1958) há, contudo, uma diferença essencial na forma como percebemos as pessoas e os objectos e que influencia todo o processo de atribuição de disposições. As pessoas são alvos de percepção muito diferentes dos objectos inanimados, uma vez que as pessoas são “percebidas como centros de acção e como tal são capazes de nos fazer alguma coisa. Elas podem-nos beneficiar ou prejudicar de forma intencional, e nós podemos beneficiá-las ou prejudicá-las. As pessoas têm habilidades, desejos e sentimentos; elas podem agir com propósito, e podem perceber-nos” (1958, p.21). Heider introduz assim a noção de *acção intencional* como uma característica essencial do conceito de disposição no âmbito da percepção de pessoas.

Um dos principais princípios do processo de atribuição em percepção de pessoas proposto por Heider (1958) assenta na distinção entre *causalidade pessoal* e *causalidade impessoal*, que tem como principal critério a intencionalidade do actor. A causalidade pessoal decorre de uma acção do actor que é intencional; por contraste, a causalidade impessoal ocorre quando o actor é causa de um evento sem intenção. Segundo Heider (1958), perante um comportamento que resulta de uma causalidade pessoal, ou seja, que foi intencional, o percepiante procura as características disposicionais relacionadas com a intenção do actor. Assim, no processo de atribuição subjacente à percepção de um comportamento intencional, as características variantes referem-se ao comportamento do agente, e as qualidades ou propriedades invariantes (i.e., as disposições), referem-se às percepções, intenções, motivos, traços e sentimentos inferidos, que são todos relativamente invariantes em comparação com a corrente contínua de comportamento (Malle, 2004). De notar que, neste contexto, o conceito de disposições adquire um significado mais restrito, passando a referir-se às características do

agente que motivam o seu comportamento (componente motivacional). Esta conceptualização do conceito de disposição passou a dominar a literatura em percepção de pessoas e as teorias de atribuição que se seguiram, levando a que o termo disposição se tornasse directamente sinónimo de características inerentes ao agente que motivam o seu comportamento.

Em suma, segundo Heider (1958) o conceito de disposição tem um papel funcional muito importante no âmbito da percepção de pessoas, uma vez que nos permite compreender e explicar o comportamento das outras pessoas (poder explicativo) e, consequentemente, prevê-lo e controlá-lo (utilidade preditiva). Para além desta componente funcional, no contexto da percepção de um comportamento intencional, o conceito de disposição adquire uma componente motivacional que se refere às características internas do agente que motivam o seu comportamento.

## ***2.2. A perspectiva das teorias de atribuição causal***

Heider (1958) propôs alguns dos princípios e conceitos chave que os perceptientes usam para explicar o comportamento das outras pessoas, entre eles o conceito de disposição. Contudo, o estudo inicial do processo de atribuição de disposições ganhou especial importância através das teorias de atribuição causal (Jones e Davis, 1965; Kelley, 1973). Estas teorias apresentam dois pressupostos essenciais sobre a natureza disposicional dos traços e o processo inferencial de disposições: (1) os perceptientes procuram atribuir o comportamento a características estáveis dos agentes, como os seus traços de personalidade; (2) a distinção pessoa-situação (interno-externo) representa a principal dimensão do processo de atribuição de disposições.

Os modelos gerais de atribuição causal pressupõem que, perante o comportamento observado, o perceptiente social envolve-se num processo de procura das causas do comportamento (Jones e Davis, 1965; Kelley, 1973; Gilbert, 1998). Neste contexto, as disposições do agente são vistas como uma das possíveis causas do comportamento. Segundo estes modelos, as características estáveis e duradouras da personalidade são o tipo de disposições que o perceptiente procura como possíveis causas do comportamento. Neste contexto, os traços de personalidade surgem como os protótipos destas disposições (Jones e Davis, 1965; Gilbert, 1998). Assim, os traços são vistos como características estáveis da personalidade do agente que guiam ou são responsáveis pelo seu comportamento.

Ao considerarem as disposições e os traços como causas pessoais do comportamento, os modelos de atribuição causal pressupõem que a inferência de uma disposição envolve uma procura dos antecedentes causais do comportamento (Gilbert, 1998; Jones, 1990; Kelley,

1973; Trope, 1986). Neste processo de atribuição causal, o percepiante identifica e pondera dois tipos de causas: pessoais ou disposicionais (i.e. que dizem respeito ao actor do comportamento, como por exemplo os traços de personalidade) e situacionais (i.e., que dizem respeito ao contexto em que o comportamento ocorre) (Jones e Davis, 1965; Kelley, 1973; Trope, 1986). Adicionalmente, os modelos pressupõem que estes dois tipos de causas têm uma relação hidráulica, no sentido em que a presença de causas situacionais não deve levar à inferência de que alguma disposição do agente foi responsável pelo comportamento observado (Gilbert, 1998).

O pressuposto de que a atribuição de uma disposição como causa do comportamento do actor depende da ausência de factores situacionais, que podem ser causa alternativa desse comportamento, foi o alvo principal dos estudos no âmbito das teorias de atribuição causal. Como veremos, foi também o pressuposto que mais contribuiu para uma nova perspectiva das inferências disposicionais.

O estudo de Jones e Harris (1967) é paradigmático da evidência reunida em relação a este pressuposto. Neste estudo, os participantes leram um ensaio a favor ou contra Fidel Castro, sendo informados que os ensaios eram escritos sob duas possíveis condições. Numa condição, os estudantes tiveram toda a liberdade para expressar a sua verdadeira atitude acerca de Fidel Castro (condição de livre-escolha). Na outra condição, os estudantes tinham sido instruídos a escrever um ensaio que predeterminava a posição a defender em relação a Fidel Castro (condição de sem-escolha). Com base nos ensaios escritos e na informação acerca da liberdade de escrita destes, foi depois pedido aos participantes que realizassem julgamentos acerca da verdadeira atitude do escritor do ensaio. Na condição de livre-escolha, os participantes classificaram as atitudes do escritor em consonância com a posição defendida no ensaio. O mesmo padrão de resultados foi encontrado para a condição em que os ensaístas não tiveram escolha na posição a defender. Em ambas as condições, os participantes julgaram os ensaístas como tendo uma atitude pró-Castro ou anti-Castro perante a leitura de um ensaio pro-Castro ou anti-Castro, respectivamente. O facto de os participantes julgarem a atitude do ensaísta em linha com a posição defendida no ensaio, num contexto em que o ensaísta não pode escolher a posição iria defender, contradiz as predições da teoria das inferências correspondentes, já que se postula que a ausência de liberdade (causa situacional) não permite a atribuição de uma intenção ao ensaísta e, conseqüentemente, a atribuição de uma disposição (atitude pró ou anti-Castro) (Jones & Davis, 1965). Por contraste, os resultados sugerem que os participantes desvalorizaram o impacto dos constrangimentos situacionais no

comportamento do ensaísta. Este efeito foi replicado em estudos subsequentes (e.g., Gilbert & Jones, 1986; Jones, 1979; Jones & Berglas, 1976).

Estes estudos sugerem que os perceptientes tendem a pensar os comportamentos como reflexo das propriedades disposicionais do actor, subvalorizando o impacto de constrangimentos situacionais. Os investigadores referem-se a este enviesamento como enviesamento correspondente (Jones e Harris, 1967; Gilbert e Malone, 1995).

Este enviesamento contribuiu para uma nova conceptualização da natureza cognitiva das inferências disposicionais. Enquanto que os modelos iniciais (Jones & Davis, 1965; Kelley, 1973) viam o processo de atribuição causal como antecedendo necessariamente a inferência de disposições, os modelos teóricos subsequentes (Gilbert, Pelham, & Krull, 1988; Quattrone, 1982; Trope, 1986) que procuraram incorporar o enviesamento correspondente propuseram que as inferências disposicionais ocorriam numa etapa inicial do processo de atribuição causal. Segundo estes modelos, a inferência disposicional era inicialmente influenciada pela forma como o comportamento era identificado e só depois, consoante um processo de correcção cognitivamente exigente (Gilbert et al., 1988) ou uma análise das possíveis causas (situacionais) alternativas (Trope, 1986), a atribuição causal iria influenciar a inferência disposicional realizada anteriormente. Ora como os perceptientes muitas vezes não tinham os recursos cognitivos necessários para a realização deste processo de atribuição (Gilbert et al., 1988) ou seguiam uma estratégia pseudodiagnóstica que negligenciava o contributo de causas alternativas (Trope, 1986), as pessoas consideravam o comportamento como tendo sido causado pelas disposições do agente, apesar da presença de constrangimentos situacionais.

Apesar do novo enquadramento teórico proposto por estes modelos, nomeadamente contemplando a natureza cognitiva destas inferências como relativamente automática, eles continuam a considerar que a inferência de disposições está dependente da ocorrência ou não de um processo de atribuição causal. Deste ponto de vista, as disposições continuam a ser vistas como causas estáveis inerentes ao agente. Assim, nestes modelos a natureza disposicional dos traços e das inferências de traço continua a ser caracterizada pela ideia de procura das causas pessoais do agente (traços) que são responsáveis pelo seu comportamento.

Os modelos de atribuição causal tiveram e continuam a ter um forte impacto na forma como se perspectiva e estuda a percepção de pessoas e, especificamente, as inferências disposicionais. Contudo, os seus principais pressupostos têm sido alvo de críticas e intenso debate.

Um dos pressupostos mais criticado relaciona-se com a ideia de que as pessoas comuns vêem os traços enquanto disposições como constructos causais e, como tal, a sua inferência encontra-se relacionada com um processo de atribuição causal.

Primeiro, o exacto significado do que se assume ser a relação causal entre uma disposição ou traço e o comportamento não é clara. De facto, o uso dos traços como causas e enquanto conceitos explicativos do comportamento parece conter uma lógica circular. Por exemplo, como Fletcher (1984) faz notar, se nós sabemos que uma pessoa é agressiva porque agride outras pessoas, dizer que ela agride as pessoas porque é agressivo pouco contribui para o poder explicativo das disposições.

Segundo, diversos autores defendem que do ponto de vista teórico e empírico existem razões para considerar que as inferências disposicionais são um processo mental distinto da atribuição causal (Bassili, 1989a; Erickson & Krull, 1999; Hamilton, 1988, 1998; Johnson, Jemmott, & Pettigrew, 1984; Krull, 2001; Reeder & Spores, 1983; Smith & Miller, 1983).

Hamilton (1988, 1998) foi um dos primeiros investigadores a chamar a atenção para a distinção dos dois processos. Segundo o autor, as inferências disposicionais de traço resultam da inferência directa de uma disposição (o traço), a partir do comportamento, enquanto que a atribuição causal pressupõe a consideração das diferentes causas possíveis do comportamento. Hamilton (1998) usa como exemplo da distinção dos dois processos a influência das expectativas prévias acerca do actor no processamento diferencial de comportamentos congruentes ou incongruentes. Enquanto que as inferências disposicionais são facilmente realizadas a partir de comportamentos congruentes com as expectativas acerca do actor, o processo de atribuição causal tem mais probabilidade de ocorrer quando os comportamentos são incongruentes com a expectativa (Hastie, 1984). Hamilton (1998) sugere mesmo que o processo causal tem mais probabilidade de ocorrer nas condições em que as inferências correspondentes têm menos probabilidade de ocorrer, como é o caso dos comportamentos incongruentes com as expectativas prévias acerca do actor. Em consonância com esta proposta, há estudos que sugerem que os comportamentos inesperados tendem a provocar um pensamento causal mais profundo (Clary & Tesser, 1983; Hastie, 1984; Lau & Russel, 1980; Psyszczynski & Greenberg, 1981), mas têm menos probabilidade de levarem a uma inferência disposicional (Jerónimo, 2007).

Erickson e Krull (1999) também propõem que os dois processos podem ser definidos de forma distinta. De acordo com estes autores, as inferências disposicionais estão directamente relacionadas com a forma como o comportamento é interpretado (i.e., o que é o comportamento), enquanto que a atribuição causal está relacionada com a procura e a

explicação das possíveis causas (i.e., o porquê do comportamento). De forma a validar esta distinção, Erickson e Krull (1999) demonstraram que a forma como o comportamento é caracterizado tem um maior impacto nas inferências disposicionais do que na atribuição causal; e que as primeiras são mais influenciadas pelo extremar dessa interpretação do que as segundas. Em consonância com esta ideia de que as inferências disposicionais estão intimamente relacionadas com a interpretação do comportamento, Smith e Miller (1983) demonstraram que não existem diferenças no tempo que os participantes demoram a categorizar o comportamento e a realizar uma inferência disposicional, mas que estes processos são significativamente mais rápidos do que a atribuição causal. Os autores sugerem, uma vez mais, que as inferências disposicionais estão intimamente ligadas à identificação do comportamento e que ocorrem de forma rápida. No seu conjunto, a evidência reunida sugere que as inferências disposicionais e a atribuição causal são dois processos mentais distintos.

As teorias de atribuição causal vêem o percepiante social como um analista causal, preocupado em identificar se o comportamento do actor é causado pelas suas causas internas (disposições). Neste contexto, os traços surgem como o protótipo destas causas, uma vez que, segundo estas teorias, eles representam características estáveis e relativamente invariantes da personalidade do actor. Na procura por estas causas internas estáveis - a inferência disposicional de traço - o percepiante social envolve-se num processo de atribuição causal, procurando discriminar as possíveis causas internas (pessoais) e externas (situacionais) do comportamento. Como vimos, esta perspectiva das inferências disposicionais não parece ser apoiada pela evidência que sugere que este processo inferencial é independente do processo de atribuição causal, colocando em causa a conceptualização dos traços e das inferências de traço como referentes a causas internas do comportamento. Adicionalmente, nesta visão das disposições e dos traços como causas não parece claro qual a ligação causal entre o traço e o comportamento, nem qual o poder explicativo e preditivo que esta visão promove (Fletcher, 1984; Ross & Fletcher, 1985).

Recentemente, uma nova perspectiva surgiu acerca da natureza disposicional dos traços e das inferências de traço. Segundo esta perspectiva, as pessoas comuns não vêem as disposições como causas do comportamento, mas como razões que motivam o comportamento (Malle, 2004). Neste contexto, as inferências de traço baseiam-se nos estados mentais (e.g., motivos, intenções e objectivos) do agente responsáveis pelo comportamento intencional.



### **2.3. *A perspectiva motivacional: a influência dos estados mentais***

Na última década, uma nova perspectiva da percepção social tem surgido em cognição social (Malle, 2004, 2008; Malle & Hodges, 2005; Mitchell, 2006; Reeder, 2009). Segundo esta perspectiva, as pessoas percebem as outras pessoas, e as interações entre elas, através de um sistema conceptual em que o comportamento se encontra fundamentalmente ligado aos estados mentais do actor. Esta nova perspectiva tem sido apelidada de diversas formas, como por exemplo, *psicologia do senso-comum*, *psicologia popular* ou *teoria da mente*, e tem surgido numa variedade de disciplinas, incluindo a filosofia da mente e da acção (Goldman, 2006), antropologia (D'Andrade, 1987), compreensão da linguagem (Schank & Abelson, 1977; Zwaan & Radvansky, 1998), psicologia comparativa (Povinelli, 2001; Premack & Woodruff, 1978), psicologia trans-cultural (Morris, Menon, & Ames, 2001) e psicologia do desenvolvimento (Meltzoff & Brooks, 2001; Wellman, 1990; Flavell, 1999). Segundo esta perspectiva, o percepiante social não é (somente) um analista causal, mas principalmente um mentalista, ou seja, está preocupado em perceber os estados mentais que guiaram o comportamento do agente. Neste tese iremos designar esta perspectiva de motivacional, uma vez que ela vê os motivos, intenções e objectivos como os principais elementos mentais do agente que guiam o comportamentos das pessoas.

Um dos principais pressupostos desta perspectiva é que o percepiante social usa um enquadramento conceptual distinto para compreender e explicar comportamentos intencionais e comportamentos não intencionais (Malle, 2004; Reeder, 2009). Como vimos, este é um dos aspectos centrais na perspectiva de Heider (1958). Assim, a perspectiva motivacional recupera a noção de *acção intencional*, colocando-a no centro de todo o pensamento do percepiante social. Especificamente, segundo esta perspectiva, o comportamento intencional é principalmente explicado em termos dos objectivos, intenções e motivos do agente (Malle, 2004). Por contraste, o comportamento não intencional é explicado por um processo mais simples que se baseia na atribuição de causas internas e externas (Gilbert, 1998; Kelley, 1973). Segundo esta perspectiva, as disposições, no caso do comportamento intencional, referem-se principalmente aos estados mentais e motivacionais do agente que guiaram o seu comportamento (Malle, 2004; Kammrath, Mendoza-Denton, & Mischel, 2005; Reeder, 2009).

Esta perspectiva parece ir ao encontro do conceito de disposição de Heider (1958). Segundo o autor, os estados mentais do agente eram as causas mais importantes que o percepiante social inferia a partir do comportamento, nomeadamente os “motivos, intenções e sentimentos, etc., são os processos centrais que se manifestam no comportamento observado”. Para Heider (1958), os *motivos* do agente ocupavam um papel especial no modo como o

percepiante compreendia o comportamento: “As causas subjacentes ao evento, especialmente os motivos das outras pessoas, são as invariâncias do ambiente que são relevantes (para o percepiante); eles dão significado ao que ele experiencia” (Heider, 1958; p.81).

Diversos autores (Malle, 2004, 2008; Reeder, 2009; Rosati, Knowles, Kalish, Gopnik, Ames, & Morris, 2001) têm defendido que os motivos, os objectivos e as intenções enquanto estados mentais do agente permitem que o percepiante compreenda os mecanismos ou razões subjacentes ao comportamento intencional do actor, e como tal são elementos essenciais no processo de inferências disposicionais. Eles permitem compreender, explicar e prever o comportamento das pessoas, uma vez que são elementos com poder causal. Contudo, este tipo de disposições pessoais não são vistas como causas estáveis inerentes à personalidade do agente, mas antes como manifestações ou respostas à situação em que o indivíduo se encontra (Kammrath et al., 2005; Schoda & Mischel, 1993). Esta concepção das disposições contrasta claramente com a perspectiva das teorias de atribuição causal, que vê as disposições como causas independentes da situação, devendo mesmo o percepiante excluir a existência de possíveis constrangimentos situacionais para que ocorra uma inferência disposicional. Em vez de ver o comportamento intencional como resultado de causas pessoais ou situacionais, a perspectiva motivacional vê o comportamento intencional como o resultado da interacção entre a pessoa e a situação, sendo esta interacção governada pelas motivações (estados mentais) do agente (Kammrath et al., 2005; Schoda & Mischel, 1993).

Um segundo pressuposto importante da abordagem motivacional relaciona-se com o papel dos traços e das inferências de traço no processo de percepção social. Segundo esta abordagem, muitos traços representam conceitos teóricos implícitos acerca dos estados mentais que guiam as acções intencionais dos agente, nomeadamente os seus motivos, intenções e objectivos (Kammrath, et al., 2005; Read & Miller, 2005; Rosati et al., 2001); e, consequentemente, a inferência de traços baseia-se na atribuição desses estados mentais (Ames, 2004; Read & Lalwani, 1998; Read & Miller, 2005; Reeder, 2009; Reeder et al., 2004). Esta perspectiva dos traços e das inferências disposicionais de traço contrasta com a perspectiva das teorias de atribuição causal, que vê os traços como causas/características estáveis inerentes à personalidade do agente. Na abordagem motivacional, os traços deixam de ser vistos como tendo um poder causal por si só, e passam a ser vistos como conceitos teóricos acerca da forma como os estados mentais, principalmente os mecanismos motivacionais do agente, medeiam a interacção entre o agente e a situação, dando origem ao comportamento (Kammrath et al., 2005; Read et al., 1990; Read & Miller, 2005; Rosati et al., 2001). Segundo esta perspectiva, a inferência disposicional de traços baseia-se em parte na

atribuição de estados mentais como os motivos, intenções e objectivos do actor (Read & Lalwani, 1998; Read & Miller, 2005; Reeder, 2009; Reeder et al., 2004).

### *2.3.1. A influência dos motivos e objectivos do actor na inferência de traços*

A ideia de que as inferências de traço estão directamente relacionadas com os estados mentais do agente tem sido suportada por dois tipos de evidências: (1) que os objectivos e intenções do agente têm um papel central na representação cognitiva dos traços; (2) as inferências acerca destes estados mentais influenciam o processo de inferências de traço.

Diversos autores (John, 1986; Kammrath, et al., 2005; Read et al., 1990; Read & Miller, 2005) têm sugerido que os traços representam esquemas ou estruturas teóricas implícitas acerca do comportamento das pessoas, onde os objectivos e intenções delas têm um papel central. Esta ideia tem sido suportada pela evidência de que muitos traços são categorias baseadas em objectivos (Barsalou, 1992), em que os objectivos associados com um traço são centrais para o seu significado (Read & Miller, 2005).

Read, Jones e Miller (1990), usando os seis principais traços do Circumplexo Interpessoal de Wiggins (1979), demonstraram que cada um dos traços estava fortemente associado com um diferente conjunto de objectivos. Mais recentemente, num estudo em larga escala, Read, Brownstein, e Miller (2005) pediram aos participantes que indicassem que objectivos eram descritivos das pessoas caracterizadas por cada um dos 55 traços escolhidos neste estudo. Os autores verificaram uma forte concordância no conjunto de objectivos que eram centrais para cada traço.

Para além da mera associação entre os traços e certos objectivos específicos, Read e colaboradores (1990) mostraram que a relação entre os comportamentos e os traço é, muitas vezes, mediada pelos objectivos que lhes estão associados. Read e colaboradores (1990) pediram a diferentes participantes que classificassem (1) o grau em que diferentes comportamentos permitiam alcançar um conjunto de objectivos associados a um traço e (1) quão típico era o comportamento do traço a que estavam associados os objectivos. Os autores verificaram uma forte associação entre as duas classificações, nomeadamente que o grau em que um conjunto de comportamentos permitia alcançar os objectivos associados a cada traço predizia o grau de tipicidade dos comportamentos face a esse traço. Ou seja, um comportamento que permitia alcançar o objectivo era considerado típico do traço a que esse objectivo estava associado. Estes estudos, em conjunto com outros (e.g., Borkenau, 1990; Fleeson, Zirkel, e Smith, 1995), sugerem que muitos traços devem ser conceptualizados como categorias baseadas em objectivos.

Alguns autores vão mais longe, sugerindo que muitos traços são mais do que meras listas de características, como os objectivos que lhes estão associados (e.g., John, 1986; Read & Lalwani, 1998; Read & Miller, 2005). Por exemplo, Read e Miller (2005) argumentam que muitos traços podem ser pensados como pequenas histórias ou narrativas, que codificam os objectivos do agente, os factores que instigaram esses objectivos, as acções que o agente toma em resposta aos objectivos e as consequências das suas acções. Nesta conceptualização dos traços, os objectivos do agente têm uma vez mais um papel central na compreensão e representação mental da acção.

Uma consequência importante que resulta do pressuposto de que os objectivos e intenções do agente são centrais para a representação dos traços é que as inferências acerca destes estados mentais devem ter um papel crucial nas inferências disposicionais de traço (Kammrath, et al., 2005; Read & Lalwani, 1998; Read & Miller, 2005). Recentemente, diversos autores têm demonstrado isso mesmo (Ames & Johar, 2009; Kammrath et al., 2005; Read et al., 1990; Read & Lalwani, 1998; Read & Miller, 1989; Reeder et al., 2004).

No estudo anteriormente mencionado, Read e colaboradores (1990) verificaram também que as classificações do grau em que os comportamentos estavam relacionados com os objectivos associados ao traço, a partir do qual os comportamentos foram gerados, prediziam fortemente a probabilidade desse traço ser inferido a partir dos mesmos comportamentos.

Numa abordagem mais directa de demonstrar a influência dos objectivos do actor nas inferências de traço, Read e Lalwani (1998) criaram uma série de narrativas compostas por duas frases, sendo que cada par de frases poderia ser colocado de duas ordens diferentes. Consoante a ordenação das frases, duas narrativas diferentes eram geradas, que implicavam a inferência de diferentes objectivos acerca do actor envolvido e, consequentemente, à inferência de diferentes traços. Um exemplo destas narrativas era:

#### Ordem 1

O Barry disse aos seus companheiros que tivera uma ideia original para melhorar a economia e o ambiente - a criação de emprego no sector da reciclagem. No dia seguinte, o Barry esta a ver televisão com o seu pai e ouviu o Presidente Clinton dizer que os empregos no sector da reciclagem podiam potencialmente ajudar tanto o ambiente como a economia.

#### Ordem 2

O Barry estava a ver televisão com o seu pai e ouviu o Presidente Clinton dizer que os empregos no sector da reciclagem podiam potencialmente ajudar tanto o ambiente como a economia. No dia seguinte, o Barry disse aos

seus companheiros que tivera uma ideia original para melhorar a economia e o ambiente - a criação de emprego no sector da reciclagem.

Os autores esperavam que a diferente ordenação das frases resultasse em diferentes inferências acerca dos objectivos e traços do actor. Por exemplo, no primeiro caso um dos objectivos associado poderia ser “envolvido politicamente” e um traço poderia ser “socialmente consciente”. Por contraste, no segundo caso um objectivo poderia ser “ganhar popularidade” e um traço inferido poderia ser “falso”.

Diferentes grupos de participantes leram as duas versões de narrativa e fizeram julgamentos acerca dos objectivos e dos traços dos actores. Como os autores previam, os participantes fizeram diferentes inferências de objectivos e de traços para as diferentes versões das narrativas. Mais importante, as inferências dos objectivos do actor previram fortemente as inferências acerca dos traços do actor. Controlando estatisticamente as inferências dos objectivos, o impacto das versões das narrativas nas inferências de traço foi praticamente eliminado. Esta evidência sugere que as inferências dos objectivos do actor têm um papel importante na atribuição de traços ao actor.

Em consonância com esta hipótese, Ames e Johar (2009) demonstraram que as inferências de traço são influenciadas pelas emoções e intenções do actor. Os autores apresentaram aos participantes uma série de cenários, em que os actores realizavam comportamentos pró-sociais ou anti-sociais, ao mesmo tempo que manifestavam a sua reacção emocional face ao comportamento. Esta reacção poderia ser positiva, negativa ou neutra. Após a apresentação de cada par comportamento-reacção, os participantes julgavam as emoções, as intenções e os traços do actor. Ames e Johar (2009) verificaram que: (1) quando um comportamento pró-social (e.g., comportamento de ajuda) era acompanhado por uma reacção emocional positiva (e.g., felicidade, contentamento), os participantes julgaram o actor mais positivamente (e.g., mais solidário) do que quando o comportamento era acompanhado por uma reacção emocional negativa (e.g., tristeza, frustração); e (2) quando um comportamento anti-social (e.g., comportamento egoísta) era acompanhado por uma reacção emocional positiva, os participantes julgaram o actor mais negativamente (e.g., mais egoísta) do que quando o comportamento era acompanhado por uma reacção emocional negativa. Os autores sugerem com base nesta evidência que as reacções emocionais do actor face ao seu comportamento influenciam as inferências de traço, nomeadamente, as reacções positivas potenciam a correspondência entre o comportamento e o traço, enquanto que as reacções negativas levam a uma menor correspondência entre o comportamento e o traço.

Adicionalmente, e em concordância com ideia de que as inferências de intenções e objectivos influenciam a inferência de traços, Ames e Johar (2009) verificaram que a relação entre a reacção emocional (e.g., contentamento) e as inferências de traço (e.g., o actor é egoísta) era mediada pela inferência das intenções subjacentes ao comportamento (e.g., “não se preocupa em magoar o seu amigo”).

Reeder e colaboradores (Reeder, Hesson-McInnis, Krohse, e Scialabba, 2001; Reeder, Kumar, Hesson-McInnis, e Trafinow, 2002; Reeder et al, 2004) também têm demonstrado numa série de estudos que as inferências acerca dos motivos do actor influenciam as inferências de traço. Por exemplo, Reeder e colaboradores (2004) apresentaram aos seus participantes um filme em que um estudante aceita o pedido de ajuda de um professor para transportar alguns livros para o seu escritório. Os participantes receberam também informação acerca do contexto em que o comportamento de ajuda ocorria. Na condição de escolha-forçada, os participantes eram informados de que o estudante estava empregado no departamento de psicologia para ajudar os professores com as suas tarefas, entre as quais transportar livros. Por outras palavras, o transporte de livros surgia como uma tarefa normal no seu trabalho. Duas outras condições foram apresentadas, nas quais se descrevia o estudante como respondendo a diferentes forças situacionais. Na condição de livre-escolha, os participantes eram instruídos de que o estudante não estava a trabalhar no momento em que recebeu a proposta. Por último, na condição de motivo-pessoal, os participantes foram instruídos de que o estudante tinha sido nomeado para um prémio académico de 1000€, e o professor que tinha pedido ajuda era responsável pela atribuição do prémio. Mais tarde, quando os participantes escreveram as suas impressões do estudante em formato aberto, as suas descrições tenderam a focar-se nos motivos do estudante. Por exemplo, os participantes na condição escolha-forçada descreveram o estudante como motivado para obedecer, enquanto que os participantes na condição motivo-pessoal descreveram o estudante como tendo motivos egoístas. Isto sugere que, ao formarem impressões, os percepientes inferiram os motivos subjacentes ao comportamento de ajuda, em consonância com a situação. Adicionalmente, as inferências acerca dos motivos do agente (como obediência ou egoísmo) provaram ser bons preditores da atribuição de traços relacionados com a solidariedade do estudante. Nomeadamente, os participantes que perceberam o estudante como motivado pela obediência (condição de escolha-forçada) tenderam também a pensar que ele era solidário. Por contraste, os participantes que perceberam o estudante como tendo um motivo egoísta (condição motivo-pessoal) consideraram-no como menos solidário. As inferências acerca do motivo do actor foram mesmo melhores preditores da inferência de

traços relacionados com a solidariedade do estudante do que foram atribuições causais abstractas (a factores pessoais ou situacionais). Com base neste conjunto de resultados, Reeder e colaboradores (2004) concluíram que os perceptientes inferem muitas vezes os motivos de uma forma espontânea, e essas inferências tendem a guiar o tipo de atribuições de traço feitas acerca da pessoa alvo.

Com base na evidência que apoia a hipótese de que as inferências acerca dos estados mentais do agente, nomeadamente os seus objectivos, intenções e motivos, têm um papel central na atribuição de traços, têm surgido novos modelos sobre o processo de inferências disposicionais de traço. O Modelo de Inferências Múltiplas (Reeder et al., 2004; Reeder & Trafimow, 2005) e o Modelo das Dinâmicas Sociais (Read & Miller, 1998, 2005) são os principais exemplos disso. Apesar de apresentarem algumas diferenças, estes dois modelos apresentam enormes semelhanças nos seus pressupostos principais. Ambos os modelos pressupõem que (1) perante um evento, o perceptiente social faz múltiplas inferências acerca do agente, tendo por base não só o comportamento e os factores pessoais, como também os factores situacionais, (2) estas inferências são integradas numa impressão coerente do agente (3) e que neste processo de procura de coerência o perceptiente toma especial atenção aos objectivos, intenções e motivos do agente. O modelo de Read & Miller (1998, 2005) destaca-se pela forma detalhada como conceptualiza este processo de procura de coerência. Segundo o modelo, durante a inferência disposicional ocorrem processos de coerência explanatória que derivam de processos de satisfação e constrangimento em redes neuronais (Miller & Read, 1991; Read & Miller, 1993; Thagard, 1989). Estes processos de satisfação e constrangimento actuam de forma a organizar as estruturas de conhecimento activadas a partir do evento (comportamento) numa narrativa coerente que permite compreender e explicar o comportamento.

Estes modelos recentes acerca da percepção social diferenciam-se dos modelos propostos no âmbito de atribuição causal, uma vez que, por um lado, vêem as inferências disposicionais como fundamentalmente ligadas aos estados mentais do agente e não como causas estáveis da sua personalidade, e, por outro lado, enquadram as inferências de traço no âmbito de um processo de procura destas disposições (objectivos, motivos e intenções) inerentes ao comportamento intencional, em vez de um processo de discriminação de causas pessoais e situacionais.

Em suma, os conceitos “disposição” e “traço” têm há muito um papel fundamental na forma como os psicólogos teorizam acerca da forma como percebemos os outros. Parece

relativamente consensual que o conceito de “disposição” tem uma componente funcional extremamente importante em percepção de pessoas, ao permitir que o percepiante adquira um poder explicativo e preditivo em relação ao comportamento dos outros. Para além desta componente, uma característica do conceito no contexto específico de percepção de pessoas refere-se a ideia de acção intencional, ou seja, de que as disposições representam “algo” no actor que motiva o seu comportamento. Contudo, saber ou debater o que é esse “algo” tem merecido, até recentemente, pouca atenção por parte dos investigadores em percepção de pessoas.

Como vimos, os teóricos de atribuição causal assumiram as disposições como referentes a características estáveis da personalidade do actor, considerando os traços de personalidade como os protótipos destas (Jones & Davis, 1965; Gilbert, 1998). Nesta perspectiva, os traços eram vistos como tendo um poder causal sobre o comportamento. Com base nesta conceptualização das disposições e dos traços, as principais teorias de atribuição causal enquadraram as inferências disposicionais no âmbito de um processo de procura e discriminação de causas pessoais (disposicionais) e situacionais. Esta perspectiva parece, contudo, errada. Primeiro, não é claro de que forma a noção de disposições e traços enquanto causas permite alcançar o poder explicativo intrínseco à função das inferências disposicionais (Fletcher, 1984). Segundo, a evidência que sugere que as inferências disposicionais de traço e a atribuição causal são processos mentais distintos coloca em causa não só o processo inferencial proposto por estas teorias, como o próprio conceito de disposições e traços como causas estáveis.

Uma nova perspectiva tem surgido em alternativa à visão das disposições enquanto causas. A perspectiva motivacional das inferências disposicionais volta a colocar no centro do processo inferencial a noção de acção intencional, identificando os estados mentais do agente (e.g., os seus objectivos, motivos e intenções) como os elementos principais que permitem compreender e explicar o comportamento dos outros (Kammrath, et al., 2005; Malle, 2004; Reeder, 2009). Nesta nova perspectiva, a ligação entre os comportamentos e os traços deixa de ser de causalidade directa e abstracta, passando a contemplar as motivações e intenções do agente. Esta nova perspectiva dos traços como conceitos teóricos acerca dos estados mentais do agente pressupõe que a inferência destes estados mentais tem uma influência nas inferências de traço. Assim, segundo esta perspectiva, a natureza disposicional dos traços caracteriza-se pela sua relação com o comportamento intencional do agente e os estados mentais que o motivaram (Reeder, 2009). Esta nova perspectiva permite compreender melhor o que representa ou significa a ligação entre o comportamento e o traço enquanto



característica do actor. Do meu ponto de vista, a ausência de um enquadramento conceptual acerca do que representa o traço enquanto disposição do actor tem impedido a literatura de IET de analisar a natureza disposicional destas inferências, pelo que consideramos que esta nova perspectiva permitirá avançar nessa compreensão.

### **3. Proposta de estudo**

Um problema central na literatura de IET relaciona-se com a necessidade de compreender qual a natureza disposicional destas inferências, i.e., com a questão de se saber se os traços inferidos se referem ao actor. Diversos autores têm sugerido que os traços inferidos podem resultar da mera categorização do comportamento, sem implicar que sejam atribuídos ao actor (Bassili, 1989a, 1989b; Claeys, 1990; Higgins & Bargh, 1987). De facto, ao contrário das inferências de traço que ocorrem num contexto de avaliação explícita do actor, no caso das inferências espontâneas não é óbvio que o traço designe uma característica disposicional do actor, uma vez que o percepiante não tem como objectivo formar uma impressão deste (Uleman et al., 1993).

Perante a necessidade de clarificar a natureza disposicional das IET, alguns autores sugeriram como critério o estabelecimento de uma associação em memória entre o traço e o actor (Bassili, 1989a, 1989b; Bassili & Smith, 1986; Carlston e Skowronski, 1994; Hamilton, 1988; Higgins & Bargh, 1987; Hilton et al., 1995; Newman & Uleman, 1989). Segundo esta perspectiva, se o traço é mais do que uma simples descrição sumária do comportamento, devemos esperar que do processo inferencial resulte uma ligação entre o actor e o traço.

Os paradigmas especialmente desenvolvidos para testar este critério reuniram evidência que aponta para o estabelecimento de uma associação entre o traço e o actor (Carlston & Skowronski, 2004; Carlston et al., 2005; Todorov & Uleman, 2002, 2003), contudo demonstraram também que o traço ficava associado a outros elementos presentes no contexto que não o actor do comportamento (Brown & Bassili, 2002; Ham & Vonk, 2003; Carlston et al., 1995; Skowronski et al., 1998; Todorov & Uleman, 2004). Este efeito de TET sugere que a ligação entre o actor e o traço pode ser o resultado de um mero processo associativo, em que o traço activado fica associado a qualquer elemento saliente no contexto. Esta perspectiva associativa coloca claramente em causa a intervenção de um processo verdadeiramente inferencial, em que a ligação entre o actor e o traço resulta da representação do traço como uma característica do actor. Recentemente, diversos estudos têm procurado demonstrar que as IET e as TET resultam de diferentes processos mentais, propondo que as

IET resultam de um processo inferencial e as TET de um processo associativo (Carlston & Skowronski, 2004; Crawford et al., 2007, 2008; Goren & Todorov, 2009). Como vimos, estes estudos não têm permitido rejeitar a hipótese de que um único processo associativo está na base dos dois efeitos.

Na presente tese defende-se que apesar de o estabelecimento de uma associação entre traço e actor ser uma consequência necessária do processo inferencial, ele não constitui critério suficiente para averiguar a natureza disposicional das IET, como tem demonstrado a evidência reunida. Antes, propõe-se que para compreender a natureza disposicional das IET é necessário demonstrar que, para além do comportamento, o actor é uma premissa fundamental do processo de IET. Esta proposta centra-se assim directamente na questão de saber se o traço se refere não só ao comportamento, como também a características do actor.

Como vimos, uma ideia central na literatura de IET e na perspectiva associativa das IET assenta no pressuposto de que existe uma ligação directa entre o comportamento e o traço que não implica a referência a características do actor. Segundo esta conceptualização dos traços, apesar destes, enquanto conceitos, poderem ser usados para descrever o actor (e.g., O Filipe é simpático), eles podem também simplesmente descrever o comportamento, sem haver uma atribuição ao actor (e.g., O Filipe teve um comportamento simpático) (Bassili, 1989b). Neste último caso, os traços são vistos como meras categorias de comportamentos. Esta conceptualização dos traços constitui um dos pressupostos implícitos da perspectiva associativa das IET, uma vez que segundo esta a activação (inferência) do traço resulta da mera categorização do comportamento e que uma vez activado ele fica associado com os outros elementos do contexto (Brown & Bassili, 2002). Segundo esta perspectiva, o actor não é uma premissa central no processo de inferência (activação) do traço.

Por contraponto à perspectiva associativa, se as IET resultam de facto de um processo inferencial, então a inferência do traço deverá ter como premissa fundamental o actor do comportamento. Isto é, o actor deve ter um papel central na activação inicial do traço e este deve representar uma disposição do actor. Segundo esta perspectiva inferencial das IET, torna-se essencial demonstrar que (1) a inferência do traço não resulta apenas da sua mera ligação ao comportamento, mas que o actor também tem um papel central no processo de inferência, e (2) que o traço se refere a uma disposição do actor. Como vimos, estes dois objectivos têm estado relativamente ausentes na literatura de IET, do meu ponto de vista porque nesta literatura não tem havido um debate acerca da natureza disposicional dos traços e das inferências de traço.

Uma análise da literatura de IET à luz de um enquadramento teórico acerca da natureza disposicional dos traços e das inferências de traço revela-nos uma visão redutora e simplista da relação existente entre os traços e os comportamentos.

A ideia central subjacente à perspectiva associativa das IET de que a activação dos traços pode resultar da mera categorização do comportamento sugere que existe uma relação directa entre o conceito traço e o comportamento, em que o traço representa uma categoria onde estão representados os comportamentos típicos dessa categoria (Bassili, 1989b). Nesta conceptualização, os traços enquanto descritores do comportamento não apresentam uma natureza disposicional, uma vez que eles não estão relacionados com “algo” no actor que é responsável pelo seu comportamento. Esta perspectiva dos traços como categorias de comportamento não se coaduna, contudo, com a evidência que sugere que, em muitos casos, os estados mentais do actor, nomeadamente os seus objectivos, motivos e intenções, têm um papel central na relação entre o comportamento e o traço (Kammrath, et al., 2005; Read et al., 1990; Read & Miller, 2005; Rosati et al., 2001). Se é verdade que alguns traços parecem ter uma relação mais directa com o comportamento, em que o seu significado não implica a referência a uma disposição do actor (e.g., traços que implicam a frequência de comportamento, como por exemplo os traços pontual e falador), muitos traços parecem representar conceitos implícitos acerca dos objectivos inerentes ao comportamento do actor (Rosati et al., 2001). Como vimos, segundo a perspectiva motivacional, o significado de muitos traços é intrinsecamente disposicional, na medida em que se referem às características do actor (e.g., objectivos, motivos e intenções) que motivam o seu comportamento, permitindo a sua compreensão, explicação e previsão. Segundo a perspectiva motivacional, como consequência da sua natureza disposicional, a inferência de certos traços está intrinsecamente relacionada com a inferência dos estados mentais do actor (Ames & Johar, 2009; Kammrath et al., 2005; Read & Lalwani, 1998; Read & Miller, 2005; Reeder et al., 2004; Reeder, 2009).

Este enquadramento teórico acerca natureza disposicional dos traços e da sua inferência contrasta com a visão de que os traços podem ser meros descritores do comportamento, sem que se refiram ao actor. Segundo a perspectiva motivacional, a inferência de certos traços tem como premissa fundamental o actor, nomeadamente os seus estados mentais. Contudo, a natureza espontânea do processo de inferência disposicional destes traços não tem merecido atenção por parte dos estudos realizados no âmbito da perspectiva motivacional, pelo que não sabemos se estas inferências disposicionais de traço podem ocorrer de uma forma espontânea.

Na presente tese propõe-se estudar a natureza disposicional das IET através da evidência de que os estados mentais do actor têm um papel fundamental nas IET. Especificamente, propõe-se que se os traços inferidos espontaneamente têm uma natureza disposicional, então a sua activação (inferência) deve ser influenciada não só pelo comportamento, como também pelos estados mentais do actor. Isto é, o actor deverá ser um premissa fundamental no processo inferencial. Estudos recentes no âmbito das IET sugerem que as características do actor podem influenciar o processo inferencial (Wigboldus, Dijksterhuis, & Van Knippenberg, 2003; Jerónimo, 2007). Por exemplo, Wigboldus e colaboradores (2003; Wigboldus, Sherman, Franzese, & Van Knippenberg, 2004) demonstraram que os nossos estereótipos acerca do actor do comportamento influenciam as IET, levando à inibição da inferência de traços contra-estereotípicos.

Adicionalmente, a ideia de que as IET podem ser influenciadas pelos estados mentais do actor implica que o percepiante social é capaz de inferir também de forma espontânea esses estados mentais, integrando-os depois no processo de inferência de traço. Alguns estudos parecem suportar esta ideia de que os perceptores são capazes de inferir espontaneamente os estados mentais do actor (Hassin, Aarts, & Ferguson, 2005; Aarts, Dijksterhuis, & Dik, 2008; Van der Cruyssen, Van Duynslaegher, Cortoos, & Van Overwalle, 2009). Por exemplo, Hassin e colaboradores (2005), usando o paradigma de reconhecimento da palavra-teste, encontraram um efeito de interferência na resposta quando os estímulos-objectivo tinham sido precedidos por frases que os implicavam, em comparação com frases controlo, sugerindo que os objectivos foram espontaneamente inferidos.

Apesar de existir alguma evidência que sugere que certas características do actor podem influenciar as IET e que os perceptores são capazes de inferir de forma espontânea os estados mentais do actor, no âmbito das IET ainda não se procurou evidência de que os traços inferidos se referem de facto aos estados mentais do actor. Na presente tese considera-se essencial estudar essa relação entre os estados mentais do actor e as inferências de traço para averiguar natureza disposicional das IET. Assim, são propostas duas experiências que procuram demonstrar a natureza disposicional das IET através da evidência de que a inferência do traço tem em conta os estados mentais do actor.

A primeira experiência pretende estudar se as IET são influenciadas pelos estados mentais do actor, nomeadamente, através da inferência da verdadeira intenção do actor a partir da reacção emocional deste ao seu comportamento. Se as IET tiverem uma natureza disposicional espera-se que o percepiante tenha em consideração a reacção emocional do actor na interpretação do seu comportamento, nomeadamente das suas intenções, e,

consequentemente, na inferência do traço. Especificamente, quando o comportamento observado é acompanhado por uma reacção emocional positiva espera-se que o percepiante infira que a intenção de o realizar é “verdadeira”, levando-o a inferir o traço implicado pelo comportamento; mas quando esse mesmo comportamento é acompanhado de uma reacção emocional negativa espera-se que o percepiante infira que a intenção de o realizar não corresponde à sua inteira vontade, levando-o a não inferir o traço implicado (Ames & Johar, 2009). Se, pelo contrário, as IET não têm uma natureza disposicional e o traço apenas é inferido com base no comportamento, então a sua inferência deve ocorrer independentemente da reacção emocional e do estado mental do actor.

Nesta primeira experiência será adaptado o paradigma de Ames e Johar (2009) a um paradigma de reconhecimento da palavra-teste. Como vimos, no âmbito do estudo das IET, este paradigma surge como o mais adequado para controlar a natureza espontânea do processo (Uleman et al., 1996a). Assim, serão apresentados aos participantes comportamentos que se fazem acompanhar por uma reacção emocional do actor, que pode ser positiva, neutra ou negativa. Após a apresentação de cada par comportamento-reacção surgirá o estímulo-teste que será o traço associado ao comportamento. Os participantes terão como tarefa responder correctamente e o mais rapidamente possível se o traço estava presente na descrição comportamental anteriormente apresentada.

Segundo as hipóteses gerais anteriormente mencionadas, espera-se que, no caso das IET terem uma natureza disposicional, a reacção emocional do actor tenha um efeito nas respostas dos participantes. Nomeadamente, espera-se que haja uma maior taxa de erros e/ou tempos de resposta quando os comportamentos são acompanhados por uma reacção emocional positiva, do que por uma reacção emocional negativa. No caso das IET resultarem da mera categorização do comportamento, sem referência ao actor, não se esperam diferenças ao nível das respostas consoante a reacção emocional do actor.

Será proposta ainda uma segunda experiência com o objectivo de estudar a existência de uma influência directa dos estados mentais do actor, nomeadamente os seus objectivos, nas IET. Segundo a perspectiva motivacional, os objectivos do actor têm um papel central no significado de muitos traços e, consequentemente, na sua inferência (Read et al., 1990; Read & Miller, 2005). Assim, se as IET têm uma natureza disposicional espera-se que os participantes infiram os objectivos do actor com base no contexto em que ocorre o comportamento e que estes tenham um impacto nas IET.

Nesta segunda experiência será novamente utilizado o paradigma de reconhecimento da palavra teste para controlar que as inferências acerca do objectivo do actor e de traço

ocorrem de forma espontânea. Serão apresentadas as narrativas de Read e Lalwani (1998) compostas por dois comportamentos, em que pode ser manipulada a ordem temporal em que eles ocorrem. Quando apresentados numa determinada ordem, a narrativa torna-se coerente com um determinado objectivo e traço, quando apresentados noutra ordem, a narrativa torna-se incoerente com estes. Após a apresentação de cada uma das duas versões possíveis da narrativa surgirá a palavra-teste que poderá ser o objectivo do actor ou o traço.

Se as IET são influenciadas pelas inferências acerca dos objectivos do actor espera-se que a versão da narrativa (coerente *vs.* incoerente) tenha um efeito semelhante nas inferências do objectivo e do traço. Nomeadamente, espera-se que haja uma maior taxa de erros e/ou tempos de resposta quando a narrativa é coerente do que quando é incoerente, e que este padrão seja igual para ambos os estímulos-teste (*i.e.*, objectivo e traço). Adicionalmente, espera-se que as inferências acerca dos objectivos do actor mediem o impacto do nível de coerência da narrativa nas inferências de traço.

Em conjunto, espera-se que estas experiências permitam reunir evidência acerca da influência dos estados mentais do actor nas IET, possibilitando uma melhor compreensão da natureza disposicional destas inferências.

## EXPERIÊNCIA 1

Nesta experiência pretende-se estudar se as características do actor, nomeadamente a sua reacção emocional ao comportamento que acabou de realizar, influenciam as IET. Caso as IET se refiram tanto ao comportamento, como ao actor, espera-se que o percepiante tenha em consideração não só o comportamento, como a reacção emocional do actor no processo de inferência de traços. Especificamente, quando o comportamento observado é acompanhado por uma reacção emocional positiva espera-se que o percipiente infira que a intenção de o realizar é “verdadeira”, levando-o a inferir o traço implicado pelo comportamento; mas quando esse mesmo comportamento é acompanhado de uma reacção emocional negativa espera-se que o percepiante infira que a intenção de o realizar não corresponda à inteira vontade do actor, levando-o a não inferir o traço implicado.

Caso as IET resultem da mera categorização do comportamento, espera-se que a reacção emocional do actor não tenha influência na inferência do traço.

De forma a testar estas hipóteses será usado o paradigma de reconhecimento da palavra-teste. Neste serão apresentadas narrativas associadas a um traço, que serão acompanhadas por uma de três reacções emocionais (positiva, neutra ou negativa), sendo que após a apresentação de cada narrativa crítica surgirá o estímulo-teste que será o traço associado. Os participantes terão como tarefa responder correctamente e o mais rápido possível se o traço consta da narrativa anteriormente apresentada. Caso haja a inferência do traço espera-se um efeito de interferência na resposta, que resultará numa maior taxa de erros (i.e., responder que o traço estava presente quando na realidade estava ausente) e/ou num maior tempo de resposta. Assim, com base nas hipóteses gerais já mencionadas espera-se que, caso as IET sejam sensíveis à reacção emocional do actor, haja uma maior taxa de erros e/ou tempos de resposta quando os comportamentos são acompanhados por uma reacção emocional positiva, do que por uma reacção emocional negativa.

### **Método**

#### *Participantes*

Esta experiência prevê a participação de 30 estudantes universitários da Faculdade de Psicologia de ambos os sexos.

### *Desenho experimental*

A experiência terá um desenho intraparticipantes com 3 níveis (Reacção emocional: Positiva vs. Neutra vs. Negativa). As variáveis dependentes usadas serão a percentagem de respostas incorrectas (i.e., o número de vezes que os participantes indicaram incorrectamente que o estímulo-traço estava presente na narrativa) e o tempo demorado a dar uma resposta correcta (i.e., o tempo que o participante demorou a indicar correctamente que o estímulo-traço não estava presente na narrativa).

### *Material*

*Ensaios experimentais.* Serão utilizados nos ensaios experimentais 6 narrativas traduzidas e adaptadas de Ames e Johar (2009). As narrativas serão pré-testadas com o propósito de seleccionar os traços que serão usados como estímulos-teste. Será pedido a um grupo de participantes que, para cada uma das narrativas, indique o máximo de três traços de personalidade relacionados com os comportamentos descritos. Os estímulos-teste serão seleccionados através da análise de frequência de respostas. Cada narrativa será acompanhada por uma de três possíveis fotografias de faces que demonstram as reacções emocionais do actor, que serão também retiradas do estudo de Ames e Johar (2009). Com base nas 6 narrativas e nas respectivas reacções emocionais possíveis serão formados um total de 18 ensaios experimentais. De seguida apresenta-se um exemplo da manipulação da reacção emocional para uma narrativa.

#### Reacções emocionais



**Negativa**



**Neutra**



**Positiva**

Narrativa: O novo colega de trabalho do Luís pediu-lhe ajuda num projecto, apesar da tarefa exigir algumas horas de trabalho extra. O Luís fez uma pausa e disse “está bem”.

Estímulo-teste: Prestável

*Ensaios distractores.* Para além dos ensaios experimentais serão usados 54 ensaios distractores. Destes, 18 ensaios referem-se ao 18 ensaios experimentais seguidos de um estímulo-teste incluído nestes (e.g., projecto). Estes ensaios têm como propósito evitar



somente respostas “NÃO”, como é o caso dos ensaios experimentais. Para evitar que os participantes associem os estímulos-traço a respostas “NÃO”, serão criados 18 ensaios em que os 6 estímulos-teste experimentais serão incluídos em narrativas neutras (e.g., O Rui sentiu-se satisfeito com o jantar que ofereceu aos amigos em sua casa. O *prestável* Rui decidiu que era melhor lavar a loiça antes de se ir deitar. estímulo-teste: pratos). Estes ensaios serão também apresentados em conjunto com uma das três possíveis reacções emocionais do actor. Para equivaler o número de ensaios com resposta “NÃO” e “SIM”, serão usados os ensaios distractores que incluem os estímulos-traço seguidos de um estímulo-teste incluído na narrativa (e.g., jantar), num total de 18 ensaios distractores.

### *Procedimento*

O estudo será realizado com recurso ao *software* E-prime (Schneider, Eschman, & Zuccolotto, 2002). Cada participante realizará individualmente a experiência num computador. A experiência será apresentada aos participantes como um “estudo sobre a memória de trabalho na compreensão de texto”. A experiência terá início com uma fase de treino composta por 8 ensaios, em que os participantes se familiarizam com a tarefa. Tal como acontecerá para a fase de teste, os participantes serão informados que irão ser apresentadas uma série de pequenas narrativas, e depois de cada narrativa surgirá uma palavra no centro do ecrã. A tarefa dos participantes será indicar o mais correcta e rapidamente possível se o estímulo-teste constava da narrativa anteriormente apresentada. Os participantes serão instruídos a pressionar a tecla S para indicar “NÃO”, o que significa que o estímulo-teste não estava presente na narrativa, ou a tecla L para indicar “SIM”. Para facilitar a resposta, será pedido aos participante que mantenham os dedos indicadores sobre as teclas durante a realização tarefa. Nesta fase de treino, receberão *feedback* sobre o número de respostas certas que tiveram.

Na fase de teste, surgirá inicialmente um ponto de fixação no centro do ecrã durante 1000ms, seguindo-se depois uma narrativa que será apresentada durante 5000ms. Após a narrativa surgirá um ecrã branco durante 500ms, seguindo de ponto de fixação durante 500ms, e por fim o estímulo-teste. Durante toda a tarefa, as palavras “SIM” e “NÃO” permanecerão visíveis, respectivamente no lado direito e esquerdo do ecrã. O estímulo-teste permanecerá visível até que o participantes pressione uma das duas teclas. Após a sua resposta surgirá um ecrã branco durante 1000ms, iniciando-se depois um novo ensaios com a apresentação de um ponto de fixação.

No total, os participantes responderão a 72 ensaios. Os ensaios experimentais e distractores serão aleatoriamente divididos em 3 grupos de 24 ensaios, sendo que dentro de cada grupo os ensaios serão aleatoriamente apresentados. A ordem de apresentação dos diferentes grupos será também aleatória.

## Resultados e Discussão

Serão realizadas separadamente duas ANOVAS intraparticipantes 3 (Reacção emocional: Positiva *vs.* Neutra *vs.* Negativa) para cada medida dependente: *taxa de erros* (i.e., o número de vezes que os participantes indicaram incorrectamente que o estímulo-traço estava na narrativa) e *tempos de resposta* (i.e., o tempo que os participantes demoraram a responder correctamente ao estímulo-traço). No caso desta última variável seguir-se-á as recomendações de Ratcliff (1993), e que foram seguidas por outros autores que usaram o paradigma de reconhecimento da palavra-teste no âmbito das IET (Ham & Vonk, 2003; Wigboldus et al., 2003), de usar um critério de corte para as respostas mais rápidas do que 200ms e mais lentas do que 2000ms. Caso se verifique um efeito significativo da reacção emotiva do actor numa em ambas as variáveis dependentes, as ANOVAS serão complementadas por uma análise de contrastes planeados, comparando os três tipos de reacção emotiva.

Em concordância com a hipótese de que as IET têm uma natureza disposicional e, por isso, são sensíveis às características do actor, espera-se encontrar um efeito significativa em pelo menos uma das variáveis dependentes; e que esse efeito corresponda a uma diferença significativa entre, pelo menos, os ensaios em que o comportamento foi acompanhado de uma reacção emocional positiva por parte do actor e os ensaios que o comportamento foi acompanhado por uma reacção emocional negativa. Especificamente, espera-se que a taxa de erros e/ou os tempos de resposta sejam significativamente superiores quando o comportamento é acompanhado por uma reacção positiva, do que quando é acompanhado por uma reacção negativa. A verificarem-se, estes resultados demonstram que o actor tem um papel fundamental no processo inferencial do traço. Adicionalmente, poder-se-á verificar também diferenças entre as reacções com valência (positiva ou negativa) e a reacção neutra. O padrão de resultados dessas diferenças permitir-nos-á analisar se as diferenças anteriormente mencionadas resultam de um efeito de facilitação da inferência do traço ou um efeito de inibição da inferência do traço. Especificamente, se forem encontradas diferenças significativas entre a reacção positiva e a neutra, em que a primeira apresenta uma maior taxa de erros e/ou tempos de resposta, isso sugere que a reacção emocional positiva conduz a um

efeito de facilitação da inferência do traço. Caso se verifique diferenças significativas entre a reacção neutra e a negativa, em que a primeira apresenta uma maior taxa de erros e/ou tempos de resposta, isso sugere que a reacção emocional negativa conduz a um efeito de inibição da inferência do traço.

Em concordância com a hipótese de que os traços são inferidos como meras categorias do comportamento, não se espera um efeito significativo do tipo de reacção emocional quer ao nível da taxa de erros, quer ao nível dos tempos de resposta. A verificar-se, este resultado sugere que as IET não têm uma natureza disposicional, na medida em que a inferência do traço não é sensível às características do actor.

## EXPERIÊNCIA 2

Esta experiência tem como principal objectivo estudar se os objectivos do actor influenciam as IET. Especificamente, se as IET têm uma natureza disposicional, espera-se que sejam sensíveis aos objectivos que o actor pretende alcançar aquando da realização do comportamento. Segundo esta hipótese geral pressupõe-se que perante um comportamento os participantes são capazes de inferir espontaneamente os objectivos do actor e que estes influenciam a inferência espontânea de traço.

De forma a testar esta hipótese será usado novamente o paradigma de reconhecimento da palavra-teste. Neste serão apresentadas narrativas formadas por duas descrições comportamentais, em que a ordem temporal destas pode ser ordenada de forma a tornarem-se coerentes ou incoerentes com determinados objectivos e traços do actor. Após a apresentação de cada versão das narrativas críticas surgirá a palavra-teste que será um objectivo ou um traço associados a uma versão da narrativa (coerente). Os participantes terão novamente como tarefa responder correctamente e o mais rápido possível se o objectivo ou o traço consta da narrativa anteriormente apresentada. Caso os participantes integrem de forma espontânea e coerente os dois comportamentos que fazem parte da narrativa, espera-se que o contexto (temporal) em que estes ocorrem tenha um impacto na inferência dos objectivos e dos traços do actor. Nomeadamente, quando esse contexto é coerente com os objectivos e os traços espera-se um efeito de interferência na resposta, que resultará numa maior taxa de erros (i.e., responder que o traço estava presente quando na realidade estava ausente) e/ou num maior tempo de resposta, em comparação com a versão da narrativa que promove um contexto incoerente. Se as inferências dos objectivos do actor influenciam as IET espera-se encontrar este mesmo padrão quando os estímulos-teste são os objectivos como quando são os traços. Adicionalmente, espera-se que o efeito da coerência da narrativa nas inferências de traço seja mediado pelas inferências acerca do objectivo do actor.

### **Método**

#### *Participantes*

Esta experiência prevê a participação de 60 estudantes universitários da Faculdade de Psicologia de ambos os sexos.

### *Desenho experimental*

A experiência terá um desenho factorial intraparticipantes 2 (Coerência da Narrativa: Coerente vs Incoerente) x 2 (Tipo de estímulo-teste: Objectivo vs Traço). As variáveis dependentes usadas serão, tal como no estudo anterior, a percentagem de respostas incorrectas e os tempos de resposta para as respostas correctas.

### *Material*

*Ensaio experimental.* Serão utilizados nos ensaios experimentais 6 narrativas traduzidas e adaptadas de Read e Lalwani (1998). As narrativas originais são compostas por duas frases que, consoante a sua ordenação temporal, conduzem à inferência de diferentes objectivos e traços acerca do actor. As duas versões das narrativas serão pré-testadas com o propósito de seleccionar quais os estímulos objectivo e traço que serão usados como estímulos-teste. Será pedido a um grupo de participantes que, para cada uma das duas versões possíveis das narrativas, indique o máximo de três objectivos e três traços de personalidade relacionados com os comportamentos descritos. Para cada versão da narrativa serão seleccionados os três objectivos e traços mais mencionados (maior frequência) pelos participantes. Posteriormente, um segundo grupo de participantes irá julgar para cada versão das narrativas em que medida os três objectivos e traços anteriormente seleccionados caracterizam o actor. Este julgamento será realizado numa escala de 9 pontos (1-Nada característico a 9-Totalmente característico). Serão seleccionados os estímulos objectivo e traço que, em conjunto, serão avaliados como mais característicos do actor. Consequentemente, a versão da narrativa associada aos estímulos-teste (objectivo e traço) será considerada como a versão da narrativa coerente e a outra versão como incoerente. Com base nas 6 narrativas e nos respectivos estímulos-teste serão formados um total de 24 ensaios experimentais que consistem na apresentação das narrativas na sua versão coerente seguidas de estímulos-objectivo (6 ensaios) ou estímulos-traço (6 ensaios) e das narrativas na sua versão incoerente seguidos de estímulos-objectivo (6 ensaios) ou estímulos-traço (6 ensaios). De seguida apresentamos um exemplo de estímulos-teste e das versões coerente e incoerente com estes.

Estímulos-teste: activista (objectivo) e consciencioso (traço)

Versão coerente

O Rui disse aos seus colegas de escola que tivera uma ideia original para melhorar a economia e o ambiente: a criação de emprego no sector da reciclagem. No dia seguinte, o Rui ouviu na televisão o Ministro da Economia dizer que os empregos no sector da reciclagem podiam potencialmente ajudar tanto o ambiente como a economia.

Versão incoerente

O Rui ouviu na televisão o Ministro da Economia dizer que os empregos no sector da reciclagem podiam potencialmente ajudar tanto o ambiente como a economia. No dia seguinte, o Rui disse aos seus colegas de escola que tivera uma ideia original para melhorar a economia e o ambiente: a criação de emprego no sector da reciclagem.

*Ensaios distractores.* Para além dos ensaios experimentais serão usados 72 ensaios distractores. Destes, 12 ensaios referem-se às duas versões das narrativas seguidas de um estímulo-teste incluído nestas (e.g., televisão). Estes ensaios tem como propósito evitar somente respostas “NÃO”, como é o caso dos ensaios experimentais. Para evitar que os participantes associem os estímulos-testes objectivo e traço a respostas “NÃO”, serão criados 24 ensaios em que os 6 estímulos-teste experimentais serão incluídos em narrativas neutras (e.g., O Rui sentiu-se satisfeito com o jantar que ofereceu aos amigos em sua casa. O *conscencioso* Rui decidiu que era melhor lavar a loiça antes de se ir deitar. estímulo-teste: pratos). Para equivaler o número de ensaios com resposta “NÃO” e “SIM”, serão usados os ensaios distractores que incluem os estímulos-teste experimentais seguidos de um estímulo-teste incluído na narrativa (e.g., jantar), num total de 24 ensaios distractores.

*Procedimento*

O procedimento será igual ao da Experiência 1. No total, os participantes responderão a 96 ensaios. Os ensaios experimentais e distractores serão aleatoriamente divididos em 4 grupos de 24 ensaios, sendo que dentro de cada grupo os ensaios serão aleatoriamente apresentados. A ordem de apresentação dos diferentes grupos será também aleatória.

**Resultados e Discussão**

Serão realizadas duas ANOVAS intraparticipantes 2 (Coerência da Narrativa: Coerente vs Incoerente) x 2 (Tipo de Estímulo-teste: Objectivo vs Traço) separadamente para a *taxa de erros* e os *tempos de resposta*. No caso desta última variável será usado o mesmo critério de corte usado na Experiência 1. Caso se verifique um efeito principal do nível de coerência da narrativa ou um efeito de interacção numa ou em ambas as variáveis

dependentes, as ANOVAS serão complementadas por uma análise de contrastes planeados, comparando os efeitos dois tipos de coerência da narrativa entre os dois estímulos-teste.

Em concordância com a hipótese de que os participantes realizam inferências acerca dos objectivos do actor e que estas influenciam as inferências de traço, espera-se encontrar um efeito principal da coerência da narrativa em pelo menos uma das medidas dependentes. Especificamente, espera-se que a taxa de erros e/ou os tempos de resposta sejam significativamente superiores quando a narrativa é coerente com o objectivo e o traço, do que quando a narrativa é incoerente. Adicionalmente, não se espera encontrar um efeito de interacção, ou seja, o padrão de resultados mencionado anteriormente será igual quando o estímulo-teste é o objectivo e quando o estímulo-teste é o traço. No seu conjunto, este padrão de resultados sugere também que os participantes têm em conta o contexto em que o comportamento ocorre no processo inferencial.

Caso não seja encontrado um efeito principal da coerência da narrativa, este padrão de resultados sugere que houve ou não uma inferência dos objectivos e dos traços independentemente da coerência geral da narrativa, sugerindo que os participantes não integraram de forma coerente o comportamento no contexto em que ele ocorria. Caso seja encontrado um efeito de interacção, este sugere que as inferências de objectivos não têm influência nas inferências de traço.

Caso se verifique um efeito principal da coerência da narrativa nos estímulos objectivo e traço, como anteriormente mencionado, será testado especificamente o papel mediador dos objectivos do actor nas inferências de traço através da realização de uma análise de covariância (ANCOVA). Especificamente, será realizada uma ANCOVA intraparticipantes 2 (Coerência da Narrativa: Coerente *vs* Incoerente), tendo como variável covariante a taxa de erros e/ou os tempos de resposta aos estímulos-objectivo e como variável dependente a taxa de erros e/ou os tempos de resposta aos estímulos-traço. Caso os objectivos do actor influenciem o processo inferencial de traços, espera-se que a taxa de erros e/ou os tempos de resposta aos estímulos-objectivo sejam fortes covariantes da taxa de erros e/ou dos tempos de resposta. Especificamente, espera-se que o impacto da coerência narrativa nos estímulos-traço seja anulado ou significativamente inferior quando os estímulos-objectivo são usados como covariantes, do que quando não são usados como covariantes.

## DISCUSSÃO GERAL

Na presente tese propõe-se uma nova abordagem ao estudo da natureza disposicional das IET, através da procura de evidência de que estas são influenciadas pelas inferências acerca dos estados mentais do actor. A necessidade de propor esta nova abordagem surge por duas razões principais: primeiro, o critério do estabelecimento de uma associação entre traço e actor como diagnóstico da natureza disposicional das IET tem-se revelado insuficiente para averiguar essa natureza; segundo, na literatura de IET não existe um enquadramento conceptual acerca da natureza disposicional dos traços, ou seja, o que representa o traço enquanto disposição do actor.

Com base numa nova perspectiva acerca da natureza disposicional dos traços e das inferências de traço verificamos que muitos traços representam conceitos teóricos implícitos acerca dos estados mentais do actor, que se manifestam no seu comportamento (Kammrath et al., 2005; Read et al., 1990; Read & Miller, 2005). Segundo esta perspectiva motivacional, a inferência de certos traços está intrinsecamente associada às características do actor, nomeadamente aos seus objectivos, motivos, intenções e emoções. Ora esta visão dos traços como representativos dos estados mentais do actor contrasta claramente com a perspectiva de que os traços podem descrever apenas o comportamento, sem qualquer referência ao actor (Bassili, 1989b), que constitui um pressuposto fundamental subjacente à proposta de que as IET não resultam de um processo verdadeiramente inferencial.

Partindo do enquadramento conceptual acerca da natureza disposicional das inferências de traços subjacente à perspectiva motivacional, propõe-se que caso as IET tenham uma natureza disposicional, ou seja, se refiram ao actor do comportamento, então os seus estados mentais devem ser uma premissa central no processo inferencial. Por contraste, se as IET não têm uma natureza disposicional e resultam apenas da mera descrição dos comportamentos, sem qualquer referência ao actor desses comportamentos, então os seus estados mentais não deverão ter um impacto no processo inferencial.

Com base nesta proposta, foram sugeridas duas experiências com o objectivo de estudar a influência dos estados mentais do actor, nomeadamente dos seus objectivos e intenções, nas IET.

Na primeira experiência procura-se investigar se a reacção emocional do actor perante o comportamento que realizou influencia as IET, através da inferência acerca das verdadeiras intenções do actor. Assim, nesta experiência, caso as IET tenham uma natureza disposicional, espera-se que os participantes realizem inferências acerca da verdadeira intenção do actor a



partir do seu comportamento e reacção emocional, e que estas influenciem a inferência dos traços associados ao comportamento. Se esta hipótese se verificar, espera-se encontrar um efeito principal da reacção emocional do actor nas IET. Nomeadamente, nas condições em que o comportamento é acompanhado por uma reacção emocional positiva espera-se uma maior taxa de erros e/ou tempos de resposta, em comparação com as condições em que este é acompanhado por uma reacção emocional negativa. Por contraste, não é esperado qualquer efeito da reacção emocional do actor nas IET caso estas resultem da mera categorização do comportamento, sem qualquer referência aos seus estados mentais.

O paradigma proposto na primeira experiência permite assim contrastar as duas hipóteses, uma vez que o comportamento é o mesmo, variando apenas a reacção emocional do actor. Contudo, caso se encontre um efeito da reacção emocional, apenas podemos pressupor que os participantes realizaram inferências acerca dos estados mentais com base no enquadramento conceptual proposto, uma vez que este paradigma não permite demonstrar de forma directa e explícita que houve de facto uma inferência acerca dos estados mentais do actor e que esta influenciou as IET.

A segunda experiência procura precisamente colmatar esta lacuna, tendo como objectivo investigar se os participantes realizam inferências acerca dos objectivos do actor e se estas influenciam as IET. Nesta experiência, espera-se que, caso as IET sejam influenciadas pelos objectivos do actor, os participantes realizem de forma espontânea inferências acerca desses objectivos e que estas tenham um impacto no processo de inferência do traço. Assim, deverá encontrar-se um efeito do nível de coerência da narrativa semelhante para ambos os estímulos-teste (objectivo e traço). Adicionalmente, a análise da ANCOVA deverá demonstrar que o impacto do efeito nas IET deve ser mediado pelas inferências acerca dos objectivos do actor.

Um pressuposto fundamental subjacente aos paradigmas propostos relaciona-se com a necessidade de controlar que as inferências realizadas ocorrem de forma espontânea, ou seja, sem que o perceptante tenha intenção e consciência de as ter realizado (Uleman et al., 1996b). De forma a assegurar a espontaneidade destas inferências propôs-se o uso do paradigma de reconhecimento da palavra-teste. Como vimos, este paradigma revela-se adequado para estudar a ocorrência de inferências espontâneas durante a codificação dos eventos, uma vez que o sucesso na realização da tarefa é comprometido pela realização destas inferências. Contudo, alguns autores argumentaram que os resultados obtidos no âmbito deste paradigma podem ser explicados pela ocorrência de processos de verificação do contexto durante a apresentação da palavra teste, sugerindo a possível intervenção de estratégias de recuperação

(Forster, 1981; McKoon & Ratcliff, 1986). Por exemplo, Forster (1981) argumentou que, aquando da apresentação da palavra de teste, os participantes podem comparar o significado da palavra-teste com o significado da frase anterior e como, no caso dos ensaios críticos, existe uma elevada compatibilidade entre as duas, os participantes têm uma maior dificuldade em rejeitar a palavra-teste.

De forma a minimizar a intervenção de processos de recuperação e garantir que as respostas dadas são automáticas, McKoon e Ratcliff (1986) sugeriram a introdução de um procedimento de limite do tempo de resposta (*deadline response procedure*). Segundo os autores, este procedimento requer que os participantes respondam tão rapidamente que é possível ter elevada confiança em como a maioria dos processos de recuperação conscientes são eliminados e apenas são medidas as inferências espontâneas. Assim, o uso deste procedimento nos paradigmas propostos permitirá um maior garantia da natureza espontânea do processo inferencial.

Em alternativa à utilização do paradigma de reconhecimento da palavra-teste, alguns autores sugerem que há métodos mais adequados que permitem minimizar ainda mais a ocorrência de processos conscientes (e.g., Keenan, Potts, Golding, & Jennings, 1990). Por exemplo, o paradigma de *Stroop* modificado (Keenan et al., 1990) permite ultrapassar as limitações subjacentes ao paradigma de reconhecimento da palavra-teste, uma vez que a resposta dos participante não requer a comparação entre a palavra-teste e a frase anterior. Neste paradigma, os participantes têm como tarefa identificar o mais rápido possível a cor em que a palavra-teste aparece escrita. Uma outra vantagem deste paradigma em comparação com o paradigma de reconhecimento da palavra-teste relaciona-se com a ausência da necessidade de incluir ensaios em que a palavra-teste surge na frase apresentada. No âmbito das IET, este aspecto pode revelar-se importante já que a inclusão dos traços em alguns ensaios pode levar os participantes a formar impressões acerca dos actores. Perante as vantagens deste paradigma, considero que a sua utilização no estudo das IET, nomeadamente no estudo da influências dos estados mentais nas IET, deve merecer consideração em estudos futuros.

Apesar das possíveis limitações subjacentes aos paradigmas propostos na presente tese, caso os resultados apoiem a hipótese geral de que as IET têm uma natureza disposicional, a evidência reunida em ambas as experiências demonstrará que: (1) as características do actor (e.g., as suas emoções) são um premissa central do processo de IET; (2) os percepientes inferem de forma espontânea os estados mentais do actor (e.g., os seus objectivos); e (3) estas inferências acerca dos estados mentais do actor influenciam as IET.

Na literatura de IET, alguns estudos já demonstraram que o processo inferencial é sensível às características do actor, nomeadamente às suas características estereotípicas (Wigboldus et al., 2003, 2004) e às expectativas formadas acerca da sua personalidade (Jerónimo, 2007). Por exemplo, Wigboldus e colaboradores (2003) verificaram que mediante a apresentação de comportamentos inconsistentes com um estereótipo previamente activado em relação ao actor, o processo de IET é inibido, não interferindo porém com a inferência de traço a partir dos comportamentos congruentes. De modo semelhante, Jerónimo (2007) mostrou que no contexto de formação de impressões a activação prévia de uma expectativa acerca do actor inibe a inferência do traço a partir de informação incongruente com essa expectativa. Estes dados sugerem que as características do actor constituem um elemento central no processo inferencial. Por outro lado, a evidência de que os perceptientes conseguem inferir de forma espontânea os objectivos do actor (Aarts et al., 2008; Hassin et al., 2005; Van der Cruyssen et al., 2010) sugere que estes constituem um tipo de informação relevante acerca do actor do comportamento. Contudo, ainda não há evidência de que existe uma estreita relação entre a inferência espontânea dos estados mentais do actor e as IET. Assim, os paradigmas propostos contribuirão para a clarificação desta relação, que, caso se verifique, terá enormes implicações para a literatura de IET.

A primeira implicação refere-se ao enquadramento conceptual do conceito “traço”. Como vimos, a literatura de IET vê os traços como conceitos directamente relacionados com os comportamentos. Segundo esta perspectiva, apesar de os traços poderem designar o actor, eles descrevem sempre o seu comportamento (Bassili, 1989b; Uleman et al., 1993). Esta visão não parece desprovida de sentido, uma vez que o comportamento é um elemento essencial na inferência de traços. Contudo, ela parece ser simplista ao considerar que (1) o comportamento pode ser o único elemento que define a categoria traço e que (2) os traços são conceitos homogéneos.

Diversos autores têm alertado para a necessidade de distinguir diferentes categorias de traços (e.g., Alston, 1975; Fletcher, 1984; Rosati et al., 2001). Um dos aspectos fundamentais para o presente caso refere-se à distinção entre traços comportamentais e traços disposicionais. Os primeiros parecem estar mais directamente relacionados com o comportamento, representando conceitos sumário acerca de comportamentos regulares. Por exemplo, traços como “falador”, “pontual” ou “organizado”. Já os traços disposicionais tendem a descrever certas disposições acerca de comportamentos guiados por estados mentais particulares que dão origem à acção intencional (e.g., traços como “generoso” ou “vingativo”). Em comparação com os traços comportamentais, a relação entre os

comportamentos e os traços disposicionais é mediada pelos estados mentais do actor (Rosati et al., 2001).

Esta distinção tem claras consequências para o processo de inferências de traço, uma vez que, no caso dos traços disposicionais, a sua inferência implica a atribuição dos estados mentais, que se supõe mediar a sua relação com o comportamento. Esta constitui uma segunda implicação para a literatura de IET.

Nesta literatura a inferência de traço é vista como o resultado da activação de um conceito (i.e., o traço) que categoriza e identifica o comportamento. Ou seja, a activação do traço resulta de uma única inferência. Contudo, caso se verifique que a inferência de certos traços é influenciada pela inferência acerca dos estados mentais do actor, isto pressupõe que a activação do traço envolve múltiplas inferências, como por exemplo acerca das emoções do actor, dos seus objectivos e das suas intenções. Adicionalmente, pressupõe que não só o comportamento, como também as características do actor (e.g., a sua reacção emocional) e o contexto em que ele ocorre (e.g., os eventos que o antecederam) estão envolvidos no processo inferencial. Isto sugere a necessidade de um enquadramento teórico mais complexo das IET.

No âmbito da perspectiva motivacional, o Modelo de Dinâmicas Sociais (Read & Lalwani, 1998; Read & Miller, 1993, 1998, 2005) surge como um bom ponto de partida para compreender e modelar esta nova visão do processo inferencial. O modelo propõe que muitos traços são representados em termos de pequenas histórias ou guiões que identificam os objectivos e os planos do actor, e que promovem uma teoria causal subjacente aos diferentes comportamentos típicos da categoria traço. Assim, os traços são vistos como teorias implícitas acerca dos comportamentos das pessoas, onde os seus objectivos e planos têm um papel central (Read et al., 1990; Read & Miller, 2005). Segundo o modelo, o percepiante social identifica os possíveis traços integrando o comportamento observado num cenário coerente ou história, que lhe permite identificar os objectivos e os planos do actor, tendo em conta o contexto em que ele se encontra. Um aspecto importante do modelo é que na construção desse cenário que serve de base à inferência dos objectivos e planos do actor, o percepiante social tem em consideração não só o comportamento, como o actor, as suas características (e.g., estereótipos), os objectos envolvidos e o contexto em que o evento ocorre (Read & Miller, 2005). Com base nesta informação, o percepiante identifica os objectivos e razões da acção através de processos de constrangimento e satisfação (*constraint satisfaction processes*) que integram a informação de forma coerente. Segundo o modelo, a inferência do traço resulta do grau de correspondência entre as características da acção representada e as características implícitas nos diversos traços, sendo os objectivos e os planos do actor uma das principais

características envolvidas nesse processo de correspondência e selecção do traço (Read & Lalwani, 1998; Read & Miller, 2005).

Com a presente proposta de estudo da natureza disposicional das IET não se pretende reduzir esta questão à evidência de que os traços inferidos se referem a disposições do actor, nomeadamente aos estados mentais responsáveis pelo seu comportamento. Na presente tese defende-se que este é um critério necessário para considerar que as IET têm uma natureza disposicional, tal como é necessário que os traços fiquem associados em memória ao actor do comportamento. Contudo, ambos os critérios parecem insuficientes. Do meu ponto de vista, os traços enquanto representativos das disposições do actor devem apresentar uma outra característica fundamental ao conceito de “disposição”: a utilidade preditiva. Como vimos, a componente funcional das disposições apresenta como características fundamentais a capacidade de compreender e explicar o comportamento (poder explicativo) e a capacidade de prever e controlar o comportamento dos outros (utilidade preditiva). Assim, para além da demonstração de que os traços se referem ao actor do comportamento, permitindo a sua compreensão, e de que uma vez inferidos ficam associados ao actor em memória, torna-se necessário compreender que efeitos as IET produzem, nomeadamente se permitem prever o comportamento futuro do actor. Se as IET forem verdadeiras inferências disposicionais, então deverão promover expectativas acerca do actor (Jerónimo, 2007). Assim, no futuro revela-se fundamental o desenvolvimento de paradigmas que permitam estudar se os traços inferidos espontaneamente constituem uma base para prever os comportamentos do actor.

A compreensão da natureza disposicional das IET revela-se assim multidimensional, exigindo novas e diversas perspectivas e paradigmas de estudo. A presente tese tem como principal contributo demonstrar a importância de integrar as IET num novo enquadramento conceptual acerca do papel dos traços enquanto disposições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aarts, H., Dijksterhuis, A., Dik, G. (2008). Goal contagion: Inferring goals from others' actions - and what it leads to. In J. Y. Shah & W. Gardner (Eds.), *Handbook of motivation science* (pp. 265-280). New York: Guilford.
- Alston, W. P. (1975). Traits, consistency and conceptual alternatives for personality theory. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 5, 17-48.
- Ames, D. R., & Johar, G. V. (2009). I'll know what you're like when I see how you feel. *Psychological Science*, 20, 586-593.
- Ames, D. L., Fiske, S. T., & Todorov, A. (2011). Impression formation: A focus on others' intents. In J. Decety & J. Cacioppo (Eds.), *The Oxford Handbook of Social Neuroscience*. Oxford University Press.
- Barsalou, L.W. (1992). Frames, concepts, and conceptual fields. In E. Kittay & A. Lehrer (Eds.), *Frames, fields, and contrasts: New essays in semantic and lexical organization* (pp. 21-74). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bassili, J. N. (1989a). Trait encoding in behavior identification and dispositional inference. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 15, 285-296.
- Bassili, J. N. (1989b). Traits as action categories versus traits as person attributes in social cognition. In J. N. Bassili (Ed.), *On-line cognition in person perception* (pp.61-89). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bassili, J. N., & Smith, M. C. (1986). On the spontaneity of trait attribution: Converging evidence for the role of cognitive strategy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 239-245.
- Borkenau, P. (1990). Traits as ideal-based and goal-derived social categories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 381-396.
- Brown, R. D., & Bassili, J. N. (2002). Spontaneous trait associations and the case of the superstitious banana. *Journal of Experimental Social Psychology*, 38, 87-92.

- Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (1994). Savings in the Relearning of Trait Information as Evidence for Spontaneous Inference Generation. *Journal of Personality & Social Psychology*, 66, 840-856.
- Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (2005). Linking Versus Thinking: Evidence for the Different Associative and Attributional Bases of Spontaneous Trait Transference and Spontaneous Trait Inference. *Journal of Personality & Social Psychology*, 89, 884-898.
- Carlston, D. E., Skowronski, J. J., & Sparks, C. (1995). Savings in relearning: II. On the formation of behavior-based trait associations and inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 420-436.
- Claeys, W. (1990). On the spontaneity of behaviour categorization and its implications for personality measurement. *European Journal of Personality*, 4, 173-186.
- Clary, E. G., & Tesser, A. (1983). Reactions to unexpected events: The naive scientist and interpretive activity. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9(4), 609-620.
- Crawford, M. T., Skowronski, J. J., & Stiff, C. (2007). Limiting the spread of spontaneous trait transference. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 466-472.
- Crawford, M. T., Skowronski, J. J., Stiff, C., & Leonards, U. (2008). Seeing, but not thinking: Limiting the spread of spontaneous trait transference II. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44, 840-847.
- D'Andrade, R. G. (1987) A folk model of the mind. In D. Holland and N. Quinn (Eds.) *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dunn, J. C., & Kirsner, K. (1988). Discovering functionally independent mental processes: The principle of reversed association. *Psychological Review*, 95, 91-101.
- Enzle, ME, & Shopflocher, D. (1978). Instigation of attribution processes by attributional questions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 4, 595-599.
- Erickson, D. J., & Krull, D. S. (1999). Distinguishing judgments about what from judgments about why: Effects of behavior extremity on correspondent inferences and causal attributions. *Basic and Applied Social Psychology*, 21, 1-11.

- Fiske, S. T., & Cox, M. G. (1979). Person concepts: The effect of target familiarity and descriptive purpose on the process of describing others. *Journal of Personality*, 47, 136-161.
- Flavell, J. H. (1999). Cognitive development: Children's knowledge about the mind. *Annual Review of Psychology*, 50, 21-45.
- Fleeson, W., Zirkel, S., & Smith, E. E. (1995). Mental representations of trait categories and their influences on person perception. *Social Cognition*, 13, 365-397.
- Fletcher, G. J. O. (1984). Psychology and common sense. *American Psychologist*, 39, 203-213.
- Forster, K. I. (1981). Priming and the effects of sentence and lexical contexts on naming time: Evidence for autonomous lexical processing. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology Section A*, 33, 465-495.
- Garcia, J., & Koelling, R. A. (1996). Relation of cue to consequence in avoidance learning. *Psychonomic Science*, 443, 8-21.
- Gilbert (1998). Ordinary personology. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4th ed.). New York: McGraw Hill.
- Gilbert, D. T., & Malone, P. S. (1995) The Correspondence Bias. *Psychological Bulletin*, 117, 21-38.
- Gilbert, D. T., Pelham, B. W. & Krull, D. S. (1988). On cognitive business: When person perceivers meet persons perceived. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 733-740.
- Goldman, A. I. (2006). *Simulating minds: The philosophy, psychology, and neuroscience of mindreading*. Oxford: Oxford University Press.
- Goren, A., & Todorov, A. (2009). Two Faces Are Better Than One: Eliminating False Trait Associations With Faces. *Social Cognition*, 27, 222-248.



- Ham, J., & Vonk, R. (2003). Smart and easy: Co-occurring activation of spontaneous trait inferences and spontaneous situational inferences. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39, 434-447.
- Hamilton, D. L. (1981). Stereotyping and intergroup behavior: Some thoughts on the cognitive approach. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 333-354). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Hamilton, D.L. (1988). Causal attributions viewed from an information-processing perspective. In D. Bar-Tal & A.W. Kruglanski (Eds.), *The social psychology of knowledge* (pp. 369-385). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Hamilton, D. L. (1998). Dispositional and attributional inferences in person perception. In J. M. Darley & J. Cooper (Eds.), *Attribution and social interaction* (pp. 99-114). Washington, DC: American Psychological Association.
- Hassin, R. R., Aarts, H., & Ferguson, M. J. (2005). Automatic Goal Inferences. *Journal of Experimental Social Psychology*, 41, 129-140.
- Hastie, R. (1984). Causes and effects of causal attribution. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 44-56.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Higgins, E. T., & Bargh, J. A. (1987). Social cognition and social perception. *Annual Review of Psychology*, 38, 369-425.
- Hilton, D. J., Smith, R. H., & Kim S. H. (1995). The process of causal explanation and dispositional attribution. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 377-387.
- Jacoby, L. L. & Whitehouse, K. (1989). An illusion of memory: False recognition influenced by unconscious perception. *Journal of Experimental Psychology: General*, 118, 126-135.
- Jerónimo, R. (2007). *The secret life of incongruency: From trait inference to trait inhibition in impression formation*. Doctoral Dissertation. Lisbon University Institute, Lisbon.

- John, O. P. (1986). How shall a trait be called: A feature analysis of altruism. In A. Angleitner, A. Furnham, & G. Van Heck (Eds.), *Personality psychology in Europe: Current trends and controversies* (pp. 66-100). New York: Guilford Press.
- Johnson, M. K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, 114, 3-28.
- Johnson, J. T., Jemmott, J. B. & Pettigrew, T. F. (1984). Causal attribution and dispositional inference: Evidence of inconsistent judgments. *Journal of Experimental Social Psychology*, 20, 567-585
- Jones, E. E. (1979). The rocky road from acts to dispositions. *The American Psychologist*, 34, 107-117.
- Jones, E. E. (1990). *Interpersonal perception*. New York: Freeman.
- Jones, E. E., & Berglas, S. (1976). A recency effect in attitude attribution. *Journal of Personality*, 44, 433-448.
- Jones, E. E., & Davis, K. E. (1965). From acts to dispositions: The attribution process in person perception. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2, pp. 219-266). New York: Academic Press.
- Jones, E. E. & Harris, V. A. (1967). The attribution of attitudes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 3, 1-24.
- Kammrath, L.K., Mendoza-Denton, R., & Mischel, W. (2005). Incorporating if...then... signatures in person perception: Beyond the person-situation dichotomy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88, 605-618.
- Kelley, H. H. (1973). The processes of causal attribution. *American Psychologist*, 28, 107-128.
- Keenan, J. M., Potts, G. R., Golding, J. M., & Jennings, T. M. (1990). Which elaborative inferences are drawn during reading? A question of methodologies. In D. A. Balotta, G. B. Flores dlArcais, & K. Rayner (Eds.), *Comprehension processes in reading* (pp.377-402). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

- Krull, D. S. (1993). Does the grist change the mill? The effect of the perceiver's inferential goal on the process of social inference. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 340-348.
- Krull, D. S. (2001). On partitioning the fundamental attribution error: Dispositionalism and the correspondence bias. In G. B. Moskowitz (Ed.), *Cognitive social psychology* (pp. 211–227). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Lau, R. R., & Russell, D. (1980). Attributions in the sports pages. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 29-38.
- Lupfer, M. B., Clark, L. F., & Hutcherson, H. W. (1990). Impact of Context on Spontaneous Trait and Situational Attributions. *Journal of Personality & Social Psychology*, 58, 1239-1249.
- Mackintosh, N. J. (1975). A theory of attention: Variations in the associability of stimuli with reinforcement. *Psychological Review*, 82, 276-298.
- Mae, L., Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (1999). Spontaneous Trait Transference to Familiar Communicators: Is a Little Knowledge a Dangerous Thing? *Journal of Personality & Social Psychology*, 77, 233-246.
- Malle, B. F. (2004). *How the mind explains behavior: Folk explanations, meaning, and social interaction*. Cambridge: MIT Press.
- Malle, B. F. (2008). Fritz Heider's legacy: Celebrated insights, many of them misunderstood. *Social Psychology*, 39, 163-173.
- Malle, B. F., & Hodges, S. D. (Eds.). (2005). *Other minds: How humans bridge the divide between self and other*. New York: Guilford Press.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1986). Inferences about predictable events. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 12, 82-91.
- McKoon, G. & Ratcliff, R. (1990). Textual inferences: Models and measures. In D.A. Balota, G.B. Flores d'Arcais, & K. Rayner (Eds.), *Comprehension Processes in Reading* (pp. 403-421). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1992). Inference during reading. *Psychological Review*, 99, 440-466.
- Meltzoff, A. N., & Brooks, R. (2001). "Like me" as a building block for understanding other minds: Bodily acts, attention, and intention. In B. F. Malle, L. J. Moses, & D. A. Baldwin (Eds.), *Intentions and intentionality: Foundations of social cognition* (pp. 171-191). Cambridge, MA: MIT Press.
- Miller, R.R., & Escobar, M.E. (2002). Learning: Laws and models of basic conditioning. In *Learning, motivation, and emotion, Vol. 3*, pp. 47-102 (C.R. Gallistel, Ed.), in *Stevens' handbook of experimental psychology, 3rd ed*, (H. Pashler, Ed-in-chief). New York: John Wiley & Sons.
- Miller, L. C. & Read, S. J. (1991). On the coherence of mental models of persons and relationships: A knowledge structure approach. In G. J. O. Fletcher & F. Fincham (Eds.), *Cognition in Close Relationships*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Mitchell, J. P. (2006). Mentalizing and Marr: An information processing approach to the study of social cognition. *Brain Research*, 1079, 66–75.
- Morris, M., Menon, T., & Ames, D. (2001). Culturally conferred conceptions of agency: A key to social perception of persons, groups, and other actors. *Personality and Social Psychology Review*, 5, 169–182.
- Moskowitz, G. B. (1993). Person organization with a memory set: are spontaneous trait inferences personality characterizations or behaviour labels? *European Journal of Personality*, 7, 195-208.
- Moskowitz, G. B., & Roman, R. J. (1992). Spontaneous Trait Inferences as Self- Generated Primes: Implications for Conscious Social Judgment. *Journal of Personality & Social Psychology*, 62, 728-738.
- Newell, B. R. & Dunn, J. C. (2008). Dimensions in data: Testing psychological models using state-trace analysis. *Trends in Cognitive Sciences*, 12, 285-290.
- Newman, L. S., & Uleman, J. S. (1989). Spontaneous trait inference. In J. S. Uleman & J. A. Bargh (Eds.), *Unintended thought* (pp. 155-188). New York: Guilford Press.

- Park, B. (1986). A method for studying the development of impressions of real people. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 907-917.
- Povinelli, D. J. (2001). *Folk Physics for Apes*. Oxford University Press.
- Premack, D., & Woodruff, G. (1978). Does the chimpanzee have a "theory of mind"? *Behavioral and Brain Sciences*, 1, 515-526.
- Pyszczynski, T. A., & Greenberg, J. (1981). Role of disconfirmed expectancies in the instigation of attributional processing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 31-38.
- Quattrone, G. A. (1982). Overattribution and unit formation: When behavior engulfs the field. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 593-607.
- Ratcliff, R. (1993). Methods for dealing with reaction time outliers. *Psychological Bulletin*, 114, 510-532.
- Read, S. J., Brownstein, A., & Miller, L. C. (2005). *Uncovering the components of traits*. Unpublished manuscript, University of California, Los Angeles.
- Read, S. J., Jones, D. K., & Miller, L. C. (1990). Traits as goal-based categories: The importance of goals in the coherence of dispositional categories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 1048-1061.
- Read, S. J., & Lalwani, N. (1998). *A narrative model of trait inferences: The stories traits tell*. Unpublished manuscript, University of Southern California, Los Angeles, CA.
- Read, S. J., & Miller, L. C. (1993). Rapist or "regular guy": Explanatory coherence in the construction of mental models of others. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 526-540.
- Read, S. J., & Miller, L. C. (1998). On the dynamic construction of meaning: An interactive activation and competition model of social perception. In S. J. Read & L. C. Miller (Eds.) *Connectionist models of social reasoning and behavior*. Mahwah, NJ: Erlbaum.

- Read, S. J., & Miller, L. C. (2005). Explanatory coherence and goal-based knowledge structures in making dispositional inferences. In B. Malle & S. Hodges (Eds.), *Other Minds: How humans bridge the divide between self and others* (pp.124-142). New York: Guilford Press.
- Reeder, G. D. (2009). Mindreading: Judgments About Intentionality and Motives in Dispositional Inference. *Psychological Inquiry*, 20, 1-18.
- Reeder, G.D., & Brewer, M.B. (1979). A schematic model of dispositional attribution in interpersonal perception. *Psychological Review*, 86, 61-79.
- Reeder, G. D., Hesson-McInnis, M., Krohse, J. O., & Scialabba, E. A. (2001). Inferences about effort and ability. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 1225-1235.
- Reeder, G. D., Kumar, S., Hesson-McInnis, M. S., & Trafimow, D. (2002). Inferences about the morality of an aggressor: The role of perceived motive. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, 789-803.
- Reeder, G.D., & Spores, J.M. (1983). The attribution of morality. *Journal Of Personality and Social Psychology*, 44, 736-745.
- Reeder, G.D., & Trafimow, D. (2005). Attributing motives to other people. In: B.F. Malle and S.D. Hodges (Eds.), *Other Minds: How humans bridge the divide between self and others* (pp. 106-123). New York: Guilford Publications, Inc.
- Reeder, G. D., Vonk, R., Ronk, M. J., Ham, J. & Lawrence, M. (2004). Dispositional attribution: Multiple inferences about motive-related traits. *Journal of Personality and Social Psychology*, 86, 530-544.
- Rescorla, R.A., & Wagner, A.R. (1972). A theory of Pavlovian conditioning: Variations in the effectiveness of reinforcement and nonreinforcement. In A.H. Black & W.F. Prokasy (Eds.), *Classical conditioning II: Current theory and research* (pp. 64-99). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Rosati, A. D., Knowles, E. D., Kalish, C. W., Gopnik, A., Ames, D. R., & Morris, M. W. (2001). The rocky road from acts to dispositions: Insights for attribution theory from developmental research on theories of mind. In B. F. Malle, L. J. Moses, & D. A. Baldwin

- (Eds.), *Intentions and intentionality: Foundations of social cognition* (pp. 287-303). Cambridge, MA: MIT Press.
- Ross, M. & Fletcher, G. J. (1985). Attribution and Social Perception. In G. Lindzey and A. Aronson (eds.), *The Handbook of Social Psychology, Vol. 3, Reading, MA: Addison-Wesley*, 73-122.
- Schank, R. C., & Abelson, R. P (1977). *Scripts, plans, goals, and understanding: An inquiry into human knowledge structures*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Schneider, D. J. (1973). Implicit personality theory: A review. *Psychological Bulletin*, 79, 294-309.
- Schneider, W., Eschman, A., & Zuccolotto, A. (2002). *E-Prime user's guide*. Pittsburgh: Psychology Software Tools Inc.
- Shoda, Y. & Mischel, W. (1993). Cognitive social approach to dispositional inferences: What if the perceiver is a cognitive-social theorist? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 574-585.
- Skowronski J. J. & Carlston, D. E. (1989). Negativity and extremity biases in impression-formation - a review of explanations. *Psychological Bulletin*, 105, 131-142.
- Skowronski, J. J., Carlston, D. E., & Hartnett, J. L. (2008). Spontaneous Impressions Derived From Observations of Behavior: What a Long, Strange Trip Its Been (and It's Not Over Yet). In N. Ambady & J. J. Skowronski (Eds.), *First impressions* (pp. 313-333). New York, NY: Guilford Press.
- Skowronski, J. J., Carlston, D. E., Mae, L., & Crawford, M. T. (1998). Spontaneous trait transference: Communicators take on the qualities they describe in others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 837-848.
- Smith, E. R. (1994). Attribution theory and research: Returning to Heider's conceptions. In P. G. Devine, D. L. Hamilton, & T. M. Ostrom (Eds.), *Social cognition: Its impact on social psychology* (pp. 77-108). Orlando, FL: Academic Press.

- Smith, E. R., & Miller, F. D. (1983). Mediation among attributional inferences and comprehension processes: Initial findings and a general method. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 492-505.
- Thagard, P. (1989). Explanatory coherence. *Behavioral and Brain Sciences*, 12, 435-467.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2002). Spontaneous trait inferences are bound to actors' faces: Evidence from a false recognition paradigm. *Journal of Personality & Social Psychology*, 83, 1051-1065.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2003). The efficiency of binding spontaneous trait inferences to actors' faces. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39, 549-562.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2004). The person reference process in spontaneous trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87, 482-493.
- Trope, Y. (1986). Identification and inferential processes in dispositional attribution. *Psychological Review*, 93, 239-257.
- Tulving, E., & Thomson, D. M. (1973). Encoding specificity and retrieval processes in episodic memory. *Psychological Review*, 80, 352-373.
- Uleman, J. S. (1999). Spontaneous versus intentional inferences in impression formation. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual-process theories in social psychology* (pp. 141-160). New York: Guilford.
- Uleman, J. S., Blader, S., & Todorov, A. (2005). Implicit impressions. In R. Hassin, J. S. Uleman, & J. A. Bargh (Eds.), *The New Unconscious* (pp.362-392). New York: Oxford University Press.
- Uleman, J. S., Hon, A., Roman, R. J., & Moskowitz, G. B. (1996a). On-line evidence for spontaneous trait inferences at encoding. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 377-394.
- Uleman, J. S., & Moskowitz, G. B. (1994). Unintended Effects of Goals on Unintended Inferences. *Journal of Personality & Social Psychology*, 66, 490-501.



- Uleman, J. S., Newman, L. S., & Moskowitz, G. B. (1996b). People as flexible interpreters: Evidence and issues from spontaneous trait inference. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 28, pp. 211-279). San Diego, CA: Academic Press.
- Uleman, J. S., Moskowitz, G. B., Roman, R. J., & Rhee, E. (1993). Tacit, manifest, and intentional reference: How spontaneous trait inferences refer to persons. *Social Cognition*, 11, 321-351.
- Uleman, J. S., Winborne, W. C., Winter, L., & Shechter, D. (1986). Personality differences in spontaneous trait inferences at encoding. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 396-404.
- Uleman, J. S., Newman, L. S., & Winter, L. (1992). Can personality traits be inferred automatically? Spontaneous inferences require cognitive capacity at encoding. *Consciousness and Cognition*, 1, 77-90.
- Uleman, J. S., Winborne, W. C., Winter, L., & Shechter, D. (1986). Personality differences in spontaneous trait inferences at encoding. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 396-404.
- Van der Cruyssen, L., Van Duynslaeger, M., Cortoos, A., & Van Overwalle, F. (2009). ERP time course and brain areas of spontaneous and intentional goal inferences. *Social Neuroscience*.
- Wellman, H. M. (1990). *The Child's Theory of Mind*. MIT Press.
- Whitney, P., Waring, D. A., & Zingmark, B. (1992). Task effects on the spontaneous activation of trait concepts. *Social Cognition*, 10, 377-396.
- Whitney, P., & Williams-Whitney, D. (1990). Toward a contextualist view of elaborative inferences. In A. Graesser, & G. H. Bower (Eds.), *The Psychology of Learning and Motivation: Vol.25. Inference and Text Comprehension* (pp. 279-293). New York: Academic Press.
- Wigboldus, D. H. J., Dijksterhuis, A., & Van Knippenberg, A. (2003). When Stereotypes Get in the Way: Stereotypes Obstruct Stereotype-Inconsistent Trait Inferences. *Journal of Personality & Social Psychology*, 84, 470-484.

- Wigboldus, D. H. J., Sherman, J. W., Franzese, H. L. & Van Knippenberg, A. (2004). Capacity and comprehension: spontaneous stereotyping under cognitive load. *Social Cognition*, 22, 292-309.
- Wiggins, J. S. (1979). A psychological taxonomy of trait-descriptive terms: The interpersonal domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 395-412.
- Winter, L., & Uleman, J. S. (1984). When are social judgments made? Evidence for the spontaneousness of trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 237-252.
- Winter, L., Uleman, J. S., & Cunniff, C. (1985). How automatic are social judgments? *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 904-917.
- Wyer, R. S., Jr., & Srull, T. K. (1989). *Memory and cognition in its social context*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Zwaan, R. A., & Radvansky, G. A. (1998). Situation models in language comprehension and memory. *Psychological Bulletin*, 123, 162-185.